

Comissão Central de Pós-
Graduação
CCPG



Ata
419^a Reunião
Ordinária

11/09/2024

Sala do CONSU

1 ATA DA QUADRIGENTÉSIMA DÉCIMA NONA (419ª) REUNIÃO DA COMISSÃO
2 CENTRAL DE PÓS-GRADUAÇÃO. Aos onze dias do mês de setembro de dois mil e vinte
3 e quatro, às nove horas, na Sala de Reuniões do Conselho Universitário (CONSU), na
4 Cidade Universitária “Zeferino Vaz”, Distrito de Barão Geraldo, em Campinas, reuniu-se a
5 Comissão Central de Pós-Graduação (CCPG), sob a Presidência da Professora Doutora
6 **RACHEL MENEGUELLO** e com o comparecimento dos seguintes Membros: Alexandra
7 Christine Helena Frankland Sawaya (FCF), Ângelo José Fernandes (IA), Carlos Henrique
8 Inacio Ramos (IQ), Claudio Chrysostomo Werneck (IB), Cristiane Machado (FE), Elayne
9 Rohem Peçanha (Representante Discente IQ), Enelton Fagnani (FT), José Guilherme
10 Cecatti (FCM), Lígia de Moraes Antunes Correa (FEF), Márcia Azevedo de Abreu (IEL),
11 Marco Lúcio Bittencourt (FEM), Marko Synesio Alves Monteiro (IG), Mauro Cardoso
12 Simões (FCA), Melissa Gurgel Adeodato Vieira (FEQ), Nashieli Cecilia Rangel Loera
13 (IFCH), Negli Miguel Fernando Ali (Representante Discente FCM), Orlando Luis Goulart
14 Peres (IFGW), Paulo Sérgio Fracalanza (IE), Plamen Emilov Kochloukov (IMECC), Tiago
15 Zenker Gireli (FECFAU) e Valentim Adelino Ricardo Barão (FOP). Estiveram presentes a
16 Profa. Cinthia Baú Betim Cazarin substituindo a Profa. Liliana de Oliveira Rocha
17 (Coordenadora CPG/FEA) e a Profa. Luciana de Lione Melo substituindo a Profa. Renata
18 Gasparino (Coordenadora CPG/FENF). Justificaram a ausência o Prof. Luiz Fernando
19 Bittencourt (Coordenador CPG/IC), o Prof. Daniel Albiero (Coordenador CPG/FEAGRI) e
20 a Sra. Maiane Junqueira Teixeira Neto (Representante Discente FEEC). Estiveram
21 presentes a Profa. Dra. Cláudia Vianna Maurer Morelli (Assessora PRPG), o Sr. Elias
22 Basile Tambourgi (Assessor PRPG), a Sra. Cristina Ferreira de Souza (AT da PRPG), a
23 Sra. Isabela Geanfrancesco Giroto (Diretoria Acadêmica PRPG), a Sra. Marcela de Souza
24 Pellegrin (CCPG), a Sra. Marli Padovan de Souza (Diretoria Financeira PRPG), a Sra. Rita
25 de Cássia X. C. do Espírito Santo (PRINT PRPG) e, o Sr. Paulo Eduardo Fávero (DAC),
26 a Sra. Adriane Martins Soares Pelissoni (DEAPE) e o Sr. Wilson Bargni Junior (Secretário
27 do IC). A Sra. Presidente cumprimentou os presentes. Dando início à reunião informou as
28 demais justificativas de ausência e deu boas-vindas a nova Coordenadora da CPG/FCF,
29 Profa. Alexandra Christine Helena Frankland Sawaya e colocou em discussão a Ata da
30 417ª Reunião Ordinária da Comissão Central de Pós-Graduação (CCPG) realizada em
31 03/07/2024. A Profa. Nashieli solicitou a correção da frase na página 8, linha 27 “que a

1 CAPES demorasse” para “que a CAPES não demorasse”. Não havendo mais nenhuma
2 manifestação, colocou para apreciação do plenário a Ata, que foi aprovada com três (3)
3 abstenções. Colocou em discussão à Ordem do Dia e informou que a mesa destacaria os
4 Itens 1, 2 e 3. Perguntou se havia mais algum destaque a ser feito. Não havendo, colocou
5 em votação os itens não destacados da pauta, que foram aprovados por unanimidade.

6 **ORDEM DO DIA: ITEM 4. RETIFICAÇÃO DAS DATAS DE FEVEREIRO E MARÇO DO**
7 **CALENDÁRIO DE REUNIÕES DA COMISSÃO CENTRAL DE PÓS-GRADUAÇÃO -**
8 **CCPG (2025). Fls. 65 e 66. ITEM 5. CRIAÇÃO DO PROJETO DE COOPERAÇÃO**
9 **ENTRE INSTITUIÇÕES PARA QUALIFICAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL**
10 **SUPERIOR (PCI) DE DOUTORADO INSTITUCIONAL (DINTER) ENTRE A UNICAMP**
11 **(IG) PROGRAMA POLÍTICA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA E O INSTITUTO FEDERAL**
12 **DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS (IFMG). PROC. Nº 25-**
13 **P-45503 (d). Fls. 67 a 77. ITEM 6. ALTERAÇÃO DO NOME DO PROGRAMA DE PÓS-**
14 **GRADUAÇÃO DE MESTRADO ENSINO EM SAÚDE PARA PROGRAMA DE PÓS-**
15 **GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PARA PROFISSÕES DA SAÚDE (FCM). PROC. Nº 02-**
16 **P-6096/2020. Parecer favorável exarado pelo Prof. Dr. Elias Basile Tambourgi (Assessor**
17 **da PRPG). Fls. 78 a 85. ITEM 7. ACORDOS. a) ACORDO DE COTUTELA A SER**
18 **FIRMADO ENTRE A UNICAMP (IC) E A UNIVERSIDADE DE BERNA (SUIÇA) – SR.**
19 **BRUNO SANTOS MARTINS. PROC. Nº 28067/2024 (d). IC - Parecer favorável exarado**
20 **pela Profa. Dra. Claudia Vianna Maurer Morelli (Assessora da PRPG). Fls. 86 a 102. b)**
21 **TERMO ADITIVO DO ACORDO DE COTUTELA A SER FIRMADO ENTRE A UNICAMP**
22 **(IC) E A UNIVERSITÄT BERN (SUIÇA) – SR. MÁRCIO MORAES LOPES. PROC. Nº 34-**
23 **P-28044/2024 (d). IC - Parecer favorável exarado pela Profa. Dra. Claudia Vianna Maurer**
24 **Morelli (Assessora da PRPG). Fls. 103 a 125. c) ALTERAÇÃO DO ACORDO DE**
25 **COTUTELA A SER FIRMADO ENTRE A UNICAMP (IFCH) E A RUHR-UNIVERSITÄT**
26 **BOCHUM (ALEMANHA) – SR. MAHAN VAZ SILVA. PROC. Nº 09-P-19328/2024 (d).**
27 **IFCH - Parecer favorável exarado pela Profa. Dra. Claudia Vianna Maurer Morelli**
28 **(Assessora da PRPG). Fls. 126 a 148. d) ACORDO DE COTUTELA A SER FIRMADO**
29 **ENTRE A UNICAMP (IMECC) E A UNIVERSIDADE DE BORGONHA (FRANÇA) – SR.**
30 **VICTOR ZAHER CABRAL CORDEIRO. PROC. Nº 10-P-9110/2024 (d). IMECC - Parecer**
31 **favorável exarado pela Profa. Dra. Claudia Vianna Maurer Morelli (Assessora da PRPG).**

1 Fls. 149 a 172. **ITEM 8. CATÁLOGO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO – 2025.** Fls.
2 172 a 660. **ITEM 9. RELATÓRIO FINAL ACADÊMICO E FINANCEIRO DO CURSO DE**
3 **ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU EM FISIOTERAPIA HOSPITALAR (FCM).** PROC. Nº
4 02-P-25909/2021. Parecer favorável exarado pelo Prof. Dr. Elias Basile Tambourgi
5 (Assessor da PRPG). Fls. 661 a 695. **ITEM 10. PROGRAMA DAS ATIVIDADES E**
6 **CATÁLOGO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO.** a) PROC. Nº 18-P-31487/2024 (d).
7 FEQ – Oferecimento da seguinte disciplina como “disciplina especial, de caráter eventual”,
8 no Catálogo de 2024: IQ007 – “Fundamentos de adsorção e processos baseados em
9 adsorção”. Turma A. Carga Horária Total: 15 horas (1 crédito). Período: 2º semestre de
10 2024. Oferecimento: Prof. Alexandre Felipe Porfírio Ferreira (Faculdade de Engenharia da
11 Universidade do Porto, Portugal) - Fls. 696 a 707. b) PROC. Nº 04-P-44677/2024 (d). FEA
12 – Oferecimento da seguinte disciplina como “disciplina especial, de caráter eventual”, no
13 Catálogo de 2024: TP411 – “Vibrational spectroscopy (Raman, MIR, NIR, FIR):
14 Fundamentals and applications”. Turma A. Carga Horária Total: 30 horas (2 créditos).
15 Período: 2º semestre de 2024. Oferecimento: Prof. Dr. Heinz Wilhelm Siesler, da
16 University of Duisburg-Essen, Alemanha) - Fls. 708 a 719. **DESTAQUE DE MESA: ITEM**
17 **1. PROPOSTA DE CRIAÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU EM**
18 **PRÁTICAS INTEGRATIVAS EM SAÚDE: EXPANSÃO DA CULTURA DE CUIDADO**
19 **(FCM).** PROC. Nº 02-P-17550/2024 (d). FCM – Parecer favorável exarado pelo Prof. Dr.
20 Elias Basile Tambourgi (Assessor da PRPG). Fls. 08 a 46. **ITEM 2. ALTERAÇÃO DO**
21 **PRAZO DE CREDENCIAMENTO DE PROFESSORES NO REGIMENTO GERAL DOS**
22 **PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO.** Fls. 47 e 48. **ITEM 3. MINUTA DO PLANO DE**
23 **APERFEIÇOAMENTO DA PÓS-GRADUAÇÃO (PAPG).** Fls. 49 a 64. A **Sra. Presidente**
24 deu início ao primeiro item destacado da pauta, a Proposta de Criação do Curso de
25 Especialização Lato Senso em Práticas Integrativas em Saúde, Expansão da Cultura e
26 Cuidado. Destacou que, por se tratar de uma proposta de criação de curso regular, era
27 importante que a CPG se manifestasse. Pediu, então, que o Prof. José Guilherme
28 comentasse sobre o assunto. O conselheiro **Prof. José Guilherme Cecatti (FCM)**
29 explicou que o curso era do Prof. Nelson Filice, um docente com vasta experiência na área
30 de Sociologia da Saúde, incluindo vários intercâmbios internacionais e parcerias.
31 Mencionou que o Prof. Nelson vinha ministrando cursos e workshops naquela área,

1 demonstrando um grande interesse por parte do público da pós-graduação. Ao longo dos
2 últimos dois anos, ele planejou aquele novo curso, que foi submetido e aprovado em todas
3 as instâncias. Disse que acreditava que aquela iniciativa seria uma contribuição altamente
4 positiva para a FCM e para toda a comunidade, dada a expertise do professor na área.
5 Finalizou ressaltando que não se tratava de uma experiência nova, mas de uma
6 continuidade de ampliação de um trabalho que vinha se consolidando nos últimos anos.
7 A **Sra. Presidente** comentou que, na verdade, tratava-se da institucionalização de
8 práticas que já ocorriam havia tempo. Perguntou se alguém gostaria de fazer algum
9 comentário. Como não houve manifestação, colocou o item 1 em votação, que foi
10 aprovado por unanimidade. O segundo item discutido, foi a alteração do prazo de
11 credenciamento de professores. Uma proposta que foi levantada na reunião de agosto
12 pela Profa. Nashieli, que visava modificar o tempo de credenciamento para facilitar a
13 relação das coordenações de pós-graduação com os seus docentes e a organização do
14 trabalho de orientação. Explicou que atualmente, o Regimento estipulava dois anos para
15 a renovação, o que, segundo ela, nem correspondia ao tempo necessário para um
16 doutorado, por exemplo. Perguntou se a Profa. Nashieli gostaria de comentar. A
17 conselheira **Profa. Nashieli Cecilia Rangel Loera (IFCH)** esclareceu que a ideia era que
18 o prazo acompanhasse o quadrienal da CAPES, momento em que as coordenações
19 poderiam credenciar ou descredenciar docentes, além de corresponder ao tempo mínimo
20 necessário para a conclusão de um doutorado. A **Sra. Presidente** informou que a
21 alteração seria no Artigo 52 e nos incisos 2 e 3. Perguntou se alguém tinha alguma
22 observação a fazer sobre a alteração. Como não houve manifestação, colocou o item 2
23 em votação, que foi aprovado por unanimidade. Mencionou que o Item 3 se referia a um
24 documento relacionado a um acordo entre as seis universidades públicas federais e
25 estaduais: USP, UNESP, UNICAMP, Federal do ABC, Federal de São Carlos e UNIFESP,
26 além da CAPES e da FAPESP. Esclareceu que o item necessitava de uma explicação
27 mais detalhada, pois tinha uma história de análise e preocupação das universidades,
28 originada na discussão iniciada pelo Plano Nacional de Pós-Graduação e internamente
29 nas instituições, como UNICAMP, USP e UNESP, que elaboraram um relatório interno
30 sobre a situação do fluxo de alunos, as condições de inclusão e a formação dos discentes.
31 Comentou que tudo o que constava nos relatórios era discutido pelas três universidades

1 paulistas em reuniões, mesmo que online, para abordar algumas questões. Identificando
2 regularmente problemas em comuns, como os baixos índices de formação, incluindo a
3 média de idade de conclusão dos alunos de doutorado e mestrado. Falou que embora
4 alguém pudesse argumentar que “média era média”, uma média de 38 anos significava
5 que alguns discentes se formaram aos 42 anos e outros com 20 e poucos anos. Portanto,
6 acreditava que aqueles problemas eram fundamentais para refletir sobre o processo de
7 formação. Mencionou que o mesmo ocorria com o mestrado, embora com um tempo
8 menor e uma entrada variada, devido à variedade dos programas. Explicou que alguns
9 programas acolhiam alunos com uma vida profissional ativa que retornavam para se
10 formar, o que naturalmente elevava a média de idade. Destacou que havia períodos de
11 fluxo elevado, mesmo que o ingresso na pós-graduação não fosse imediato, com alunos
12 ingressando em idades mais jovens. Portanto tratava-se de pensar em como poderiam
13 agitar a pós-graduação, estimulando mudanças nos programas que permitissem que os
14 mestrados fossem mais ágeis, proporcionando uma formação que possibilitasse aos
15 alunos continuarem no mestrado regular de dois anos, seguir para um doutorado regular
16 de cinco anos ou optar pelo doutorado direto. A ideia do acordo era transformar, em
17 alguma medida, com disciplinas que abordassem inovação, engajamento com as
18 questões sociais e aspectos ecológicos, sem alterar sua estrutura básica. Deu como
19 exemplo os mestrados das Ciências Humanas e das Ciências Sociais, que já tinham o
20 seu processo de formação, mas que poderiam incorporar disciplinas mais práticas,
21 voltadas para atividades específicas. Aquilo permitiria transformar a formação dos alunos,
22 possibilitando a inserção deles no mercado de trabalho, não se restringindo apenas à vida
23 acadêmica, como vinha ocorrendo. Falou que o Plano Nacional de Pós-Graduação
24 demonstrou que aquela situação era uma realidade em todo o país. As universidades
25 vinham formando muitas pessoas para a vida acadêmica, mas era necessário diversificar
26 as formações. Aquela era uma das preocupações da CAPES e das instituições, pois, ao
27 analisarem os dados do CGE sobre os alunos doutores, poderiam verificar que,
28 principalmente na região Sudeste e em particular, em São Paulo, a maioria dos formados
29 acabava sendo acolhida pelas universidades para atuar na vida acadêmica. No entanto,
30 aquele não deveria ser o único caminho a ser seguido. Entenderam que seria fundamental
31 multiplicar os recursos humanos da instituição, mas aquela não era a única questão. Havia

1 muitos cursos e programas com diferentes formas de inserção na sociedade e no mundo
2 produtivo. A proposta visava permitir ou estimular a transformação dos mestrados, de
3 modo que a formação inicial fosse reduzida para um ano, sem alterar totalmente sua
4 estrutura. Após aquele ano, o discente passaria pela qualificação, que ofereceria duas
5 possibilidades, continuar no mestrado tradicional, desenvolvendo um projeto regular se
6 tornando mestre após mais um ano, ou, caso ele tivesse um projeto alinhado com seu
7 orientador escolhido naquele primeiro ano de formação, com todas as indicações para um
8 doutorado direto e aprovado pela Comissão Avaliadora, poderia ser promovido para um
9 doutorado direto. Naquele contexto, a CAPES e a FAPESP teriam um papel importante
10 ao oferecer estímulos para a pós-graduação. Comentou que na CAPES não seria
11 necessário argumentar, e considerou que seria um bom passo para a FAPESP, que
12 raramente se voltava para a pós-graduação. Explicou que, com o acordo, a FAPESP não
13 se limitaria apenas a projetos de pesquisa apresentados por alunos em busca de bolsas,
14 como era o caso do balcão, ou a bolsistas da cota orçamentária. Destacou que todos
15 deveriam ter notado no documento as porcentagens que se referiam às possibilidades
16 orçamentárias da CAPES e da FAPESP. Explicou que aquelas porcentagens foram
17 baseadas nas discussões sobre o acordo e estavam relacionadas aos alunos que iriam
18 para o doutorado direto e receberiam uma nova bolsa de doutorado da CAPES. Explicou
19 que, na primeira versão do documento, a ideia era transformar a bolsa de mestrado em
20 doutorado. No entanto, consideraram que aquilo poderia ser problemático e conseguiram
21 resolver a situação com a CAPES, que aceitou disponibilizar uma nova bolsa de
22 doutorado. Assim, o programa não perderia a bolsa de mestrado. Explicou que o aluno
23 que recebesse a nova bolsa de doutorado direto concedida pela CAPES poderia submeter
24 um pedido de complementação de valor ao processo que a FAPESP abriria, embora o
25 formato do processo ainda não estivesse definido. Falou que talvez aquele acordo
26 pudesse virar um grande projeto da FAPESP, e as complementações das bolsas de
27 doutorado poderiam virar bolsas de cotas orçamentárias, assim como os projetos de
28 pesquisa. Disse que certamente poderia ser o balcão, mas com uma nova variação para
29 aquele aluno. De qualquer forma, o aluno e o programa teriam que acertar a nova cota da
30 bolsa de doutorado e a possibilidade de aplicar para a FAPESP. Explicou que, para tornar
31 os orçamentos da CAPES mais palatáveis, foi necessário definir porcentagens, e a

1 discussão com a FAPESP ocorreu posteriormente. Disse que, primeiramente, não seria
2 possível considerar os mais de 200 programas da USP, os 84 da UNICAMP, os mais de
3 100 da UNESP e os outros tantos da UNIFESP. Portanto, era necessário estabelecer
4 medidas. Os cálculos resultaram na alocação de 90 novas bolsas para a USP, 30 para a
5 UNESP, 35 para a UNICAMP, 20 para a UNIFESP, 7 para a UFSCar e 2 para a UFABC.
6 Afirmou que não era fácil fazer um acordo daquele tipo, pois o documento do Conselho
7 Nacional de Educação mencionava que existiam universidades consolidadas, aquelas
8 com 10 ou mais PROEX. Contou que o documento ainda estava na mesa do ministro, pois
9 havia causado muitos problemas dentro da CAPES e no mundo da política universitária,
10 já que significava criar um supersegmento dentro do Sistema Nacional de Pós-Graduação.
11 Comentou que, se os 10 programas PROEX não fossem o indicador, mesmo assim os
12 programas de excelência independentemente do seu número serviriam como indicativo
13 de consolidação. Foi a partir daquilo que possibilitou a entrada das três federais paulistas
14 no acordo. E conseqüentemente, aquilo ajudou a convencer a FAPESP a participar, pois
15 o objetivo era estimular a pós-graduação paulista. Mencionou que, embora se tratasse de
16 uma segmentação do próprio sistema, acreditava que outros estados com suas FAPs
17 igualmente poderosas, como a FAPMIG e a FAPFRJ, poderiam eventualmente fazer
18 acordos semelhantes. A ideia da CAPES era que os acordos se multiplicassem, mas ela
19 não tinha certeza se aquilo realmente ocorreria. O fato era que, em São Paulo, havia a
20 FAPESP, uma fundação poderosa, e a CAPES, que se entusiasmou com a ideia que já
21 havia sido pensada a algum tempo, mas que não foi acatada durante a presidência da
22 Profa. Mercedes. Deixou claro que, na verdade, estava apresentando um raciocínio que
23 não era dela, mas de outras pessoas. Acreditava que estimular apenas um segmento
24 poderia ser prejudicial para o sistema, pois aquilo representava um problema e era uma
25 questão bastante controversa. No entanto, via aquilo como uma oportunidade para que,
26 após aquele teste com validade de cinco anos, outros programas pudessem ser incluídos
27 e aquela era a ideia, uma possibilidade de abrirem para os cursos de notas 5. Falou que
28 claramente tudo dependeria das questões orçamentárias, mas destacou que o documento
29 mencionava a possibilida de abrir o acesso a outras instituições, não se limitando apenas
30 às universidades públicas. Contou que perguntaram se aquela era uma exigência da
31 FAPESP, especialmente porque tanto o INPE como o ITA pressionaram para que o acordo

1 não se restringisse apenas às universidades estabelecidas, mas fosse também estendido
2 aos institutos que produzissem doutores. Portanto aquilo deveria acontecer em um
3 segundo momento, já que, naquele instante, parecia que as duas instituições haviam
4 fechado os orçamentos a respeito. Disse que o acordo era um documento elaborado por
5 várias pessoas e, naquele momento, estava sendo revisado pelas Procuradorias Gerais e
6 passando pela reunião da CCPG antes de ser encaminhado à Procuradoria Geral da
7 UNICAMP. Comentou que havia conversado previamente com a PG para explicar o que
8 seria aquele acordo e que ele não envolveria recursos da universidade. Explicou que o
9 documento além de passar pelas Procuradorias das seis universidades, também passaria
10 pelas da CAPES e da FAPESP, para que pudesse se tornar oficialmente um acordo. Falou
11 que em termo práticos, aquilo significava e estava no documento, uma colocação da
12 FAPESP, de que o acordo começaria em 2026. Com aquela informação a ideia era abrir
13 editais, estimulando que os programas PROEX apresentassem a proposta de
14 transformação de grade curricular ou da formação do mestrado, com disciplinas que
15 achassem pertinentes adicionar ou retirar. Pensando no período de doze meses, na
16 qualificação de um aluno e na possibilidade de o discente ir diretamente para o doutorado
17 ou terminar o mestrado regularmente, reforçou a questão da desistência do aluno em um
18 programa daquele tipo. Aquilo corresponderia ao que acontecia atualmente nas três
19 paulistas. Naquele caso, o aluno que completasse todos os créditos e optasse por não
20 fazer a tese teria direito de solicitar um Certificado de Especialização naquela área.
21 Voltando aos termos práticos, disse que a PRPG vai abrir um edital em 2025, mas ainda
22 não sabia em qual época pois faltavam assinaturas no acordo para que ele funcionasse
23 de fato. Explicou que os programas PROEX que quisessem participar teriam que
24 apresentar as propostas, que em seguida seriam avaliadas pela Comissão. Mencionou
25 que tinha uma coincidência importante e que a pós-graduação da UNICAMP contava com
26 37 programas PROEX, mas teria somente 35 bolsas disponíveis a cada ano. Portanto a
27 PRPG teria que fazer uma consulta para saber quantos programas estariam interessados
28 em entrar naquela nova dinâmica. Caso 35 programas aceitassem, cada um teria uma
29 bolsa disponível de doutorado direto da CAPES em 2026. No entanto, era difícil imaginar
30 que, se colocassem 10 menstrandos, todos se tornassem doutorandos diretos. Pois todos
31 sabiam que existiam diferenças, variações e projetos distintos. Se apenas 10 programas

1 se inscrevessem, significaria que pelo menos três bolsas para o programa estariam
2 disponíveis em 2026. E no ano seguinte, voltariam a ter 35 bolsas disponíveis. Finalizou
3 dizendo que aquele era um teste acadêmico positivo, uma oportunidade que poderia
4 estimular a formação de doutores com mais celeridade, e abriu para a discussão. A
5 conselheira **Profa. Melissa Gurgel Adeodato Vieira (FEQ)** cumprimentou a todos e
6 comentou que desde que foi apresentado o documento, a Faculdade de Engenharia
7 Química instituiu um grupo de trabalho para estudá-lo. E o único impasse para eles, seria
8 em relação ao estágio extramuros. Questionou como seria aquele processo
9 institucionalmente, comparando com a graduação que tinha a extensão e tiveram que
10 tramitar convênios que levaram mais de um ano. Perguntou se, no caso dos estágios
11 extramuros, a expectativa era que os alunos fossem até as indústrias, o que exigiria a
12 mesma tramitação de convênios, ou se seria possível realizar um simples NDA ou talvez
13 se pudessem fazê-lo em startups da própria UNICAMP, o que seria interessante para sua
14 unidade. Finalizou dizendo que se fosse demandar de um convênio de um ano, a proposta
15 da FEQ seria inviabilizada. A **Sra. Presidente** respondeu que aquilo não estava claro para
16 os envolvidos no acordo, mas o que se pretendia com ele, era adicionar aos programas a
17 natureza de envolvimento social, ou com a indústria ou com o mundo produtivo que muitos
18 programas já possuíam. Na discussão inicial, o prof. Luiz, coordenador da computação,
19 mencionou que existia uma dinâmica semelhante no mestrado de sua unidade, que os
20 alunos traziam experiências de estágios da graduação. O objetivo não era inventar novas
21 coisas, ou fazer novos convênios para a implantação daquilo, mas de aproveitar a
22 dinâmica existente, trazendo-a para o mestrado, fazendo um projeto de formação mais
23 célere, facilitando a transição para o doutorado. Falou que ainda precisava esclarecer
24 aqueles pontos em conversas entre os pró-reitores. Explicou que estavam na fase de
25 preparar o material para as PGs, buscando maneiras de apresentar aquela proposta de
26 forma clara, aproveitando convênios e estruturas já existentes. O conselheiro **Prof.**
27 **Enelton Fagnani (FT)** cumprimentou a todos e comentou que achou a ideia muito
28 interessante. Destacou que havia mudanças importantes, mas que eram feitas de forma
29 cuidadosa, respeitando a estrutura do mestrado e oferecendo algumas opções. Percebeu
30 que no programa de sua unidade, muitos alunos ingressavam no mestrado com uma
31 maturidade muito aquém da desejada. Acreditava que o mestrado desempenhava um

1 papel importante em desenvolver aquela maturidade, para que o discente sedimentasse
2 a sua graduação e se preparasse para o doutorado. Argumentou que, se muitos alunos
3 fossem diretamente para o doutorado, faltaria a eles a substância para realizar um bom
4 doutorado, o que poderia resultar em dificuldades significativas. Comentou que a sua
5 preocupação era com a atual dificuldade de inserção da grande quantidade de doutores
6 que formavam no mercado. E se acelerassem o processo, ele temia que agravasse aquele
7 problema. A **Sra. Presidente** rebateu a fala do Prof. Enelton dizendo que a CAPES
8 constantemente falava sobre a necessidade de formar mais doutores. Embora aquela
9 formação fosse importante para que tivesse uma sociedade qualificada, ela ressaltou que
10 era fundamental que aqueles doutores fossem inseridos em todos os lugares. E que o
11 problema apontado no PNPG atual e há décadas, era das assimetrias regionais, pois os
12 doutores do Sudeste em geral, permaneciam no Sudeste por ser a região do grande
13 parque de formação de recursos humanos. Então, havia um problema adicional sobre
14 como aquilo seria estabelecido em outras áreas e regiões, e como iria se desenrolar. Disse
15 que estavam, na verdade, fazendo um acordo que iria potencializar a formação de
16 doutores, mas talvez beneficiasse mais a eles mesmos. Comentou que sempre foi uma
17 crítica ponderada ao acordo, pois sem dúvida, estavam aumentando as assimetrias do
18 Sistema Nacional de Pós-Graduação. Porém, não deveriam eliminar a oportunidade que
19 tiveram. Precisavam entender como o resto do sistema reagia a aquilo. Falou que havia
20 mencionado anteriormente as críticas que tinha aos possíveis desdobramentos,
21 especialmente no que se referia à ampliação das assimetrias. Contudo, estava analisando
22 a situação do ponto de vista do Sistema Nacional de Pós-Graduação, e aquela análise era
23 importante. Pois era uma oportunidade que as instituições paulistas não podiam perder
24 para formar bons profissionais, que não necessariamente ficariam na academia, mas que
25 poderiam trabalhar na indústria em outros estados ou migrar para outras áreas com mais
26 rapidez e qualificação. Aquela era uma contradição que, às vezes, precisavam aceitar.
27 Falou que podia ser contrária aos desdobramentos nacionais que aquilo poderia acarretar,
28 mas era uma análise que não precisava ser uma decisão institucional. Achava que,
29 institucionalmente, deveriam sim aproveitar aquela oportunidade. Finalizou dizendo que
30 concordava com as questões levantadas pelo Prof. Enelton, mas precisava compartilhar
31 aquele raciocínio. A **Sra. Adriane Martins Soares Pelissoni (DEAPE)** se apresentou

1 como representante do Prof. Sávio, coordenador da DEAPE, e comentou que, juntamente
2 com o Sr. Paulo, da DAC, presente na reunião, havia implementado o Sistema de
3 Carreiras, cujo objetivo era aproximar todos os discentes da graduação e da pós-
4 graduação da UNICAMP do mundo do trabalho. Falou que, gostaria de esclarecer duas
5 dúvidas, uma respondendo a Profa. Melissa, que, caso houvesse uma definição clara da
6 pós-graduação, os convênios para estágios poderiam ser aprovados em um dia no
7 Sistema Carreiras. No entanto, seria fundamental ter aquela definição, pois na
8 Deliberação que regia os convênios da universidade havia uma regra específica para
9 estágios que precisavam considerar. Mencionou que atualmente havia uma norma
10 elaborada pela pós-graduação, que permitia aos alunos realizarem estágios, desde que
11 tivessem a anuência dos seus orientadores. Explicou a todos que a pós-graduação ainda
12 não tinha sido incluída no sistema, mas estavam preparados para quando saísse uma
13 norma clara, definindo qual programa teria aderido. Explicou que atualmente o sistema
14 fazia o acolhimento dos alunos da graduação, mas tinham um projeto estratégico e
15 estavam se preparando para que em um segundo momento, pudessem acolher a pós-
16 graduação e os colégios técnicos. E com aquilo, convênios, termos e autorizações
17 deveriam ser tratados como procedimentos operacionais que não deveriam ser uma
18 preocupação para um grupo de trabalho, desde que garantissem regras claras. Explicou
19 que deveria haver uma regra geral para a universidade, pois, uma regra para Engenharia
20 Química não poderia ser a mesma aplicada à Arquitetura ou à Engenharia Civil. Sugeriu
21 que revessem a norma existente, de acordo com as atuais mudanças. Mas caso fosse
22 necessário, teriam como acolher. Comentou que naquela semana estavam na fase final
23 de testes e possivelmente na próxima semana, todos os estudantes da pós-graduação
24 stricto sensu estaria na Plataforma Carreiras. Explicou que ainda não haviam incluídos os
25 alunos de pós-graduação lato sensu devido a uma configuração diferente que eles
26 requeriam. Falou que atualmente tinha mais de 400 oportunidades de trabalhos
27 divulgados e os estudantes da pós-graduação poderiam se candidatar a vagas de trainee,
28 estágio e efetivas, permitindo que as empresas realizassem a seleção de candidatos
29 diretamente da plataforma. Finalizou dizendo que estavam em fase de homologação e
30 testes, pois muitos alunos estavam nos três sistemas, de graduação, mestrado e
31 doutorado. E por eles serem usuários múltiplos, teriam especificidades diferentes.

1 Perguntou ao Sr. Paulo quantos alunos tinham. O **Sr. Paulo Eduardo Fávero (DAC)**
2 respondeu que tinham 130 alunos na graduação e 122 deles estavam fazendo estágio. A
3 **Sra. Adriane Martins Soares Pelissoni (DEAPE)** falou que precisavam garantir que a
4 plataforma entendesse a necessidade do aluno em cada uma das modalidades.
5 Exemplificou o caso de um aluno da pós-graduação, que naquele momento, não poderia
6 solicitar o estágio, por não ter uma regra estabelecida, resultando no seu bloqueio. No
7 entanto, o mesmo aluno também estaria na graduação e teria o direito de requisitar o
8 estágio por já ter um trâmite gerenciado. Para concluir, ela afirmou novamente que a
9 DEAPE poderia ajudar, desde que houvesse regras claras. A **Sra. Presidente** agradeceu
10 à Sra. Adriane pela excelente notícia, afirmando que o acordo se adequava muito a uma
11 mudança que a DEAPE já estava implementando. Ela achava que aquilo vinha ao
12 encontro daquelas possibilidades. Agradeceu novamente e disse que agora conversariam
13 estritamente sobre aquele assunto. A conselheira **Profa. Cinthia Baú Betim Cazarin**
14 **(FEA)** perguntou se o número de bolsas estava na cláusula especificamente da FAPESP
15 e se seriam 35 bolsas de doutorado que a CAPES concederia, com a FAPESP
16 complementando o valor para o doutorado direto. A **Sra. Presidente** respondeu que na
17 página 4 do Plano de Trabalho especificava que seriam 90 bolsas anualmente para a USP,
18 30 para a UNESP, 35 para a UNICAMP, 20 para a UNIFESP, 7 para a Federal de São
19 Carlos e 2 para a ABC. Deixou claro que fizeram questão de inserir no acordo que seriam
20 novas bolsas, para que não houvesse nenhum equívoco. E as bolsas, se fossem
21 implementadas pela CAPES, iriam entrar na dinâmica da FAPESP com a
22 complementação do valor que certamente não seria irrisório. A conselheira **Profa. Cinthia**
23 **Baú Betim Cazarin (FEA)** perguntou se a FAPESP só faria a complementação e não
24 daria uma bolsa. A **Sra. Presidente** respondeu que a FAPESP vai complementar.
25 Portanto, se a bolsa CAPES fosse de 4 mil reais e a da FAPESP 6 mil reais, a
26 complementação seria de 2 mil reais. E passaria pela dinâmica de avaliação própria.
27 Mencionou que a FAPESP era muito interessada em inovações, estágios extramuros etc.,
28 então aquela definição de disciplinas ou de um projeto de doutorado direto, significava
29 suprir ou cumprir algumas das indicações que a FAPESP poderia colocar em sua
30 avaliação. Mas como o processo não estava muito claro, precisavam ter uma conversa
31 detida com eles. O conselheiro **Prof. Tiago Zenker Gireli (FECFAU)** aproveitou a fala da

1 Sra. Adriane sobre os estágios e disse que o programa dele de nota 5 que ainda não
2 estava apto a participar do acordo, estava gerando uma preocupação em relação a
3 redução do número de inscrições. Explicou que vinham atuando em cima do Programa
4 Integrado de Formação para tentar mudar aquela situação, pois a realidade em sua
5 unidade, era de alunos que deixavam de entregar o Trabalho de Conclusão de Curso para
6 continuar estagiando. E foi a partir daquilo que ele pensou que se a lei permitia que alunos
7 de pós-graduação fizessem estágio, porque não trazer os alunos para fazer o mestrado,
8 ao invés de continuar na graduação. E foi a partir daquilo que investiram e mudaram a
9 regra do PIF. Devido a aquela mudança, atualmente tinham por volta de 20 alunos no
10 programa. A ideia era que eles cumprissem todos os créditos do mestrado durante a
11 graduação e que o Trabalho de Fim de Curso fosse uma pré-qualificação do mestrado.
12 Deixou claro que não valia como uma qualificação, mas funcionaria como um incentivo
13 para os alunos avançarem naquele ano com o TFC e com a pesquisa do mestrado
14 juntamente com um orientador definido. Explicou que no programa de pós-graduação, se
15 aquele aluno quisesse bolsa, ele não precisaria passar pela prova e pela entrevista, era
16 só apresentar a carta do orientador, desde que o programa tivesse vagas suficientes para
17 abrir a ampla concorrência. E a ideia de atrair o aluno, era que, no ano seguinte, ao invés
18 de ficar marcando passo na graduação, ele se formasse, entrasse no mestrado e
19 continuasse estagiando, uma vez que havia cumprido todas as disciplinas e realizado a
20 qualificação, restando apenas terminar a pesquisa. Com aquilo, teriam mestres mais
21 novos e qualificados na pós-graduação. Falou que atualmente havia mais doutorando do
22 que mestrando e a sua unidade estava tentando equilibrar aquela proporção. Só precisaria
23 que os alunos conseguissem estagiar quando estivessem na pós-graduação. A
24 expectativa era que dentro daquela perspectiva, conseguissem de 15 a 20 alunos no
25 próximo ano. Comentou que era importante acelerar o processo, semelhante ao que o
26 Antigo SAE fazia com os estágios da graduação. Achava que seria uma boa alternativa,
27 pelo menos para os programas que não fossem notas 6 e 7, a fim de suprir várias das
28 questões que haviam conversado. Assim, o aluno que não teria tempo de estagiar até o
29 4º ano da graduação devido à grande carga horária, poderia continuar estagiando por
30 mais um ano, conforme o desejo da empresa. Ele não ficaria marcando passo na
31 graduação, impedindo-o de se formar e fazer o mestrado. Falou que aquela foi a estratégia

1 adotada pela Faculdade de Engenharia Civil em dois cursos e dois programas de pós-
2 graduação. No entanto, para que a ideia fosse viabilizada, seria fundamental que os
3 estágios acontecessem; caso contrário, os alunos poderiam se sentir frustrados. Finalizou
4 dizendo que o objetivo também era fornecer ideias para colegas que não tivessem
5 programas PROEX, pois aquilo poderia ajudar a resolver várias questões levantadas no
6 diagnóstico. Agradeceu. A **Sra. Presidente** concordou com a fala do Prof. Tiago,
7 ressaltando que ele complementou o projeto que a Sra. Adriane desenvolvia na DEAPE.
8 Acreditava que seria mais um ponto de estímulo para a busca de oportunidades de estágio
9 e que o investimento nas graduações incentivaria os mestrados. Explicou que a proposta
10 seria um pouco limitada a algumas áreas, não se encaixando em todas as graduações, e
11 que nem todo mestrado teria interesse em aderir. O que estava claro para ela, era que
12 não se tratava de alterar totalmente os programas de pós-graduação. Seria o mesmo
13 programa PROEX e quando fosse avaliado na quadrienal da CAPES, ele levaria tudo em
14 conta. Reforçou que a ideia não era fazer um novo programa de Engenharia Química por
15 exemplo, mas uma adequação na grade curricular para estimular ou de acelerar a
16 possibilidade de alunos de mestrado irem para um doutorado direto. Caso a iniciativa
17 desse certo, a ideia era que ela fosse ampliada para os programas nota 5. Aquele foi um
18 dos problemas levantados no início do acordo, pois não sabiam o que fazer com os outros
19 programas, já que a USP tinha mais de 260 programas de pós-graduação, a Unicamp 84
20 e apenas 37 eram PROEX. O que conseguiram fazer foi falar para os demais que, em
21 cinco anos, surgiriam oportunidades para que eles também pudessem aderir ao acordo.
22 No entanto, aquilo trouxe outro constrangimento, pois a CAPES e a FAPESP teriam que
23 aceitar a proposta como parte de seu orçamento. Aquelas seriam as negociações
24 permanentes necessárias para que tudo acontecesse. O conselheiro **Prof. Marko**
25 **Synesio Alves Monteiro (IG)** cumprimentou a todos e disse que no IG havia três
26 programas nota 6 e achava que todos iriam querer entrar naquele acordo. Mencionou que
27 conversou com os seus colegas e que, com a minuta apresentada, agora tinham uma
28 direção a seguir. Perguntou quais ajustes seriam necessários no mestrado para fazer
29 parte do acordo, e se seria obrigatório a realização do estágio. A **Sra. Presidente** falou
30 que tudo era respondido com “ou” e que poderia se tornar um “e”, mas que não era
31 acumulativo e precisava fazer um somatório total. O conselheiro **Prof. Marko Synesio**

1 **Alves Monteiro (IG)** perguntou se a avaliação seria feita pela FASPEP. A **Sra. Presidente**
2 respondeu que a FAPESP que iria avaliar a proposta encaminhada para o edital da PRPG.
3 Portanto, se ela achasse que seria uma pequena mudança e que não fizesse jus ao
4 programa que acertaram, poderia recusar. Mas aquilo não deveria acontecer, porque se
5 não fizesse jus, não deveria ter sido aprovada pela PRPG em seu edital. Eram coisas que
6 precisavam ser combinadas. O conselheiro **Prof. Marko Synesio Alves Monteiro (IG)**
7 falou que era aquele tipo de critério que precisavam entender melhor. Exemplificou com o
8 seu programa de Política Científica, um programa multi, que não tinha um perfil de estágio.
9 Questionou se teria que criar estágios para ele, ou criar visitas a órgãos de política pública
10 por exemplo, ou diminuir disciplinas. Porque se fosse para começar em 2026, para entrada
11 em processo seletivo de 2025, os ajustes no catálogo teriam que ser feitos agora. A **Sra.**
12 **Presidente** respondeu que cada um teria um tempo. E que a ideia do 2025 para 2026 foi
13 um ponto que a FAPESP colocou, devido à preocupação com o seu orçamento. Mas se
14 fossem se preocupar com a dinâmica interna dos programas, não sabia se as seis
15 universidades envolvidas no acordo dariam conta de iniciar o projeto em 2025. Talvez o
16 período fosse de 2026 para 2027, mas não tinha um prazo final. Explicou que iria ser
17 elaborado um edital, e se tudo desse certo ele seria aberto para 2025, para que depois de
18 um ano o programa tivesse a possibilidade da nova bolsa CAPES e da complementação
19 da FAPESP. No entanto aquilo dependeria se tudo desse certo. Porque um programa
20 poderia dizer para a sua CPG que implementariam aquilo, mas a mudança interna levaria
21 de seis meses a um ano. Comentou que por não ter um prazo regulamentar, não sabia
22 dizer que tempo seria aquele. E aquilo significava um atraso na proposta, mas a ideia era
23 que não houvesse e que as mudanças não fossem enormes, pois não seriam estruturais
24 e sim uma adequação a uma série de possibilidades que a pós-graduação, o mestrado,
25 tinham que ter para formar o seu aluno. Comentou que na proposta original, possibilitava
26 que aqueles mestrados virassem profissionais, mas a ideia não havia ido adiante, pois
27 nem todos gostariam de virar mestrado profissional. Mas havia uma intenção de que os
28 mestrados de algumas áreas que talvez aquilo não fosse um problema, tivessem o perfil
29 da profissionalização e não o acadêmico, como a maior parte dos programas faziam.
30 Explicou que a proposta gerou confusão, inclusive para as universidades federais, que
31 teriam que abrir seus mestrados profissionais, mas tinham outro processo e

1 regulamentação, portanto não foi colocada no acordo. Comentou que era muito difícil
2 trazer o mesmo tipo de dinâmica para as universidades estaduais e federais, por terem
3 regulamentações e autonomias diferentes e que foi bom terem retirado, pois não era o
4 caso de fazer uma transformação estrutural. Finalizou dizendo que, com a aprovação do
5 acordo, seria necessário ter uma conversa mais dinâmica e estreita com os programas
6 que se mostrassem interessados, pois era importante entender qual mudança seria
7 aquela. O conselheiro **Prof. Marko Synesio Alves Monteiro (IG)** perguntou se
8 aconteceriam conversas para entender os critérios que orientariam os ajustes. A **Sra.**
9 **Presidente** respondeu que tinha que acontecer. E que agora todas as conversas ficariam
10 no âmbito administrativo do assunto. Embora demorasse, precisavam ir à substância. O
11 conselheiro **Prof. Orlando Luis Goulart Peres (IFGW)** cumprimentou todos e disse que
12 os alunos da Física tinham muita resistência ao doutorado direto, que algum tempo atrás,
13 a sua unidade tinha 14 bolsas de doutorado direto disponíveis e somente uma foi utilizada.
14 Comentou que o objetivo dos alunos era fazer apenas o mestrado para decidir se
15 continuariam ou não na carreira acadêmica. A **Sra. Presidente** respondeu que aquilo
16 existia e achava que tinha que continuar e que o acordo seria por adesão. Usando o
17 exemplo da Física, falou que se o programa entendesse que a formação do mestrado, tal
18 como era hoje — regular, sem acelerar, sem nenhuma mudança de disciplina — estivesse
19 de acordo, ele não precisaria aderir à proposta. Porque, inclusive, conforme com o
20 comentário feito, ela achava fantástico, 14 bolsas disponíveis de doutorado direto. E que
21 se fosse para acontecer, a dinâmica do programa já teria feito aquilo. Portanto o programa
22 poderia decidir por não fazer a adesão. Ressaltou que mesmo em áreas aplicadas, talvez
23 aquilo não fosse a melhor opção, então, precisariam refletir sobre. Finalizou dizendo que
24 não sabia qual seria o sucesso do acordo e que apenas o tempo poderia dizer. O
25 conselheiro **Prof. Orlando Luis Goulart Peres (IFGW)** perguntou como aquilo se
26 encaixaria em ações afirmativas. A **Sra. Presidente** respondeu que aquilo seria abordado
27 na seleção e que estava escrito explicitamente que os programas deveriam incluir ações
28 afirmativas de ingresso nela. Explicou que foi uma exigência da CAPES fazer aquele tipo
29 de política de inclusão. O conselheiro **Prof. José Guilherme Cecatti (FCM)** comentou
30 que na FCM pensaram muito a respeito daquela proposta e a sua preocupação foi a em
31 relação ao impacto que seria medido em cinco anos. Pois ele tinha a impressão, pelo

1 menos pelo exemplo dos programas PROEX de sua unidade, que aquele processo, de
2 uma maneira espontânea, natural, era mais ou menos seguido. Mencionou que em toda
3 reunião de CPG mensal, tinha aprovação de mudança de nível de mestrado para
4 doutorado sem a defesa do mestrado, e que aquilo era uma pré-seleção dos candidatos
5 com melhores condições. Falou que a FCM tinha o programa MD-PhD e atualmente
6 estavam entrando no PIF. Ressaltou que aquilo já ocorria e que quando fossem medir o
7 que acontecia antes e depois em termos de idade e tempo da titulação, não deveria haver
8 um impacto muito grande, apesar de a proposta ser positiva e bem-intencionada. Outra
9 dúvida dele era o que aconteceria se todos programas PROEX da UNICAMP aceitassem
10 participar, se as 35 bolsas seriam suficientes para dar guarida a uma demanda, caso
11 tivessem 30% dos mestrados aceitos para irem ao doutorado direto, se o número não
12 fosse suficiente em relação a demanda, como teriam que lidar com a frustração de um
13 aluno que estivesse no mesmo programa e que fosse aprovado na qualificação, mas que
14 deixaria de ter o direito àquela bolsa da CAPES específica e a potencial complementação
15 da FAPESP devido a insuficiência de bolsas. A **Sra. Presidente** respondeu que, em
16 relação à primeira observação do Prof. Guilherme, não conseguia avaliar qual seria o
17 impacto daquilo em cinco anos; talvez o impacto se manifestasse ao longo de um tempo
18 maior. Relembrou que, em outra reunião, foi feita aquela discussão e que o impacto
19 poderia ser pequeno em comparação ao que se imaginava, pois formar tantos doutores
20 seria um fluxo que levaria tempo para resultar em um volume que indicasse que aquele
21 acordo foi fundamental para aumentar a produção de recursos humanos. Ressaltou que
22 não conseguia estimar, mas acreditava que o impacto não seria imediato e volumoso o
23 suficiente para apontar a criação de um grande programa de pós-graduação em todo país.
24 No entanto, era uma oportunidade para realizar mudanças e adequações na pós-
25 graduação, especialmente nos programas considerados consolidados, com notas 6 e 7.
26 Em sua opinião, os programas com nota 5 poderiam seguir aquela abordagem, mas sem
27 aderir ao acordo por questões relacionadas a toda a conversa. Concordou com a
28 observação do Prof. Guilherme, mas que era necessário agir para que desse certo. Disse
29 que não acreditava que haveria uma enorme adesão, como a Física, por exemplo, que
30 tinha outra dinâmica, conforme mencionado pelo Prof. Orlando, e outros programas que
31 teriam dinâmicas que não os levariam a fazer mudanças em busca de resultados que

1 talvez não fossem tão palpáveis. Em relação a questão das bolsas apontada, explicou que
2 a CAPES só conseguiria oferecer novas bolsas naquela proporção, o que não significava
3 que um aluno não pudesse passar para o doutorado direto sem ela. Não estavam
4 fechando a possibilidade do doutorado direto, mas definindo a quantidade de bolsas que
5 a CAPES disponibilizaria para ele. Esclareceu que não era proibido que o aluno
6 procurasse a FAPESP ou outra agência para realizá-lo. O fato era que estavam
7 elaborando algo que a CAPES iria financiar orçamentariamente, e a FAPESP
8 complementar, para aquele número X de programas. Fazendo uma simulação, se cinco
9 programas entrassem naquele edital, haveria bolsas suficientes para vários alunos.
10 Precisavam refletir que nem todos os alunos que ingressassem no mestrado estariam
11 aptos para um doutorado direto; haveria uma qualificação, um projeto a ser elaborado e
12 uma qualidade que desejariam manter. Finalizou dizendo que não se tratava de dar fluxo
13 rápido para todo e qualquer trabalho. Que eles e a CAPES confiavam na solidez dos
14 programas que tinham uma qualidade estabelecida e que aquilo iria demorar. O
15 conselheiro **Prof. José Guilherme Cecatti (FCM)** complementou, dizendo que tinha a
16 impressão de que o impacto seria maior se os programas nota 5 pudessem ser incluídos,
17 em vez de apenas os programas de notas 6 e 7, que provavelmente já estavam
18 caminhando naquela direção a algum tempo. A **Sra. Presidente** respondeu que
19 possivelmente sim e que não iria apresentar aquela proposta aos colegas, porque a
20 discussão vinha sendo feita fazia tempo sobre outros programas que não tinham a
21 excelência definida pela CAPES, mas uma consolidação razoável. Comentou que tinham
22 programas sólidos nota 5 de várias universidades que não entravam naquela avaliação, e
23 a justificava para aquilo, era, de fato, a ideia de que as universidades consolidadas
24 estavam diretamente ligadas aos seus programas PROEX. A conselheira **Profa. Nashieli
25 Cecilia Rangel Loera (IFCH)** disse que vinculando a fala do Prof. Marko, no seu
26 entendimento, eles estavam aprovando um Memorando de Entendimento, justamente por
27 ter aquelas diferenças. A **Sra. Presidente** respondeu que era um acordo e que a
28 Procuradoria Geral o chamava assim, pois o documento estava pronto. A conselheira
29 **Profa. Nashieli Cecilia Rangel Loera (IFCH)** corrigiu sua fala e disse que era um acordo
30 CAPES, FAPESP e as universidades, portanto haveria espaço para ajustes. A **Sra.
31 Presidente** questionou o que seria o ajuste, e que a inserção de uma questão como

1 aquela não teria espaço. A conselheira **Profa. Nashieli Cecilia Rangel Loera (IFCH)**
2 disse que conforme o Prof. Marko havia colocado, tinham os critérios que seriam
3 discutidos. A **Sra. Presidente** respondeu que aquela discussão seria feita, mas dependia
4 das unidades. Pediu desculpas a Profa. Nashieli pois achava que não estava respondendo
5 o seu questionamento, mas não queria perder o ritmo da discussão. A conselheira **Profa.**
6 **Nashieli Cecilia Rangel Loera (IFCH)** perguntou novamente se estavam aprovando um
7 Memorando de Entendimento. A **Sra. Presidente** respondeu que a PG havia dito que o
8 documento não era um Memorando, mas sim um Acordo, pois todos os envolvidos tinham
9 funções definidas. A conselheira **Profa. Nashieli Cecilia Rangel Loera (IFCH)** perguntou
10 se mudaria o nome. A **Sra. Presidente** respondeu que, se houvesse uma mudança, seria
11 de Memorando para Acordo. Quanto as questões levantadas pelo Prof. Marko sobre quais
12 disciplinas seriam oferecidas por exemplo, afirmou que não seria uma definição coletiva.
13 A conversa sim, mas a execução da transformação do mestrado, seria interna em cada
14 instituição, pois seria inviável fazer uma definição de mudança de grade curricular
15 envolvendo seis universidades. A conselheira **Profa. Nashieli Cecilia Rangel Loera**
16 **(IFCH)** mencionou que não era uma deliberação pois tinham estruturas diferentes. A **Sra.**
17 **Presidente** afirmou que não se tratava de uma deliberação, e que o documento continha
18 ideias, propostas e sugestões sobre as transformações que poderiam ocorrer no
19 mestrado. Mencionou que haveria uma discussão entre os Pró-Reitores para tratar de
20 termos práticos, como as disciplinas, se haveria um estágio e sua quantidade, para que
21 cada instituição internamente pudesse decidir o que fazer. A conselheira **Profa. Nashieli**
22 **Cecilia Rangel Loera (IFCH)** perguntou se os programas que aderissem à aquele
23 convênio teriam uma bolsa de pós-doutorado aprovada, vinculada. A **Sra. Presidente**
24 respondeu que não poderia passar de 35 programas, pois era o número de bolsas
25 acordadas para a UNICAMP. Mas se os 35 aderissem, haveria a disponibilidade de uma
26 bolsa nova de doutorado. A conselheira **Profa. Nashieli Cecilia Rangel Loera (IFCH)**
27 comentou se não se tratava de uma bolsa de pós-doutorado. A **Sra. Presidente**
28 respondeu que não era de pós-doutorado, mas sim de doutorado direto. A conselheira
29 **Profa. Nashieli Cecilia Rangel Loera (IFCH)** disse que o documento mencionava. A **Sra.**
30 **Presidente** assentiu e disse que o programa que transformasse o seu primeiro aluno em
31 doutorado direto, poderia solicitar a CAPES a bolsa de pós-doutorado. A conselheira

1 **Profa. Nashieli Cecilia Rangel Loera (IFCH)** perguntou se a bolsa de pós-doutorado
2 seria destinada a apoiar a transformação daquele programa ou se poderia ser utilizada
3 para outra finalidade. A **Sra. Presidente** respondeu que se tratava de uma bolsa de pós-
4 doutorado, destinada a trabalhar no programa. A conselheira **Profa. Nashieli Cecilia**
5 **Rangel Loera (IFCH)** mencionou que estava pensando nas PNPDs. A **Sra. Presidente**
6 respondeu que aquilo se tratava de outro assunto. A conselheira **Profa. Nashieli Cecilia**
7 **Rangel Loera (IFCH)** mencionou que era uma bolsa de pós-doutorado que a FAPESP iria
8 complementar. A **Sra. Presidente** concordou. A conselheira **Profa. Nashieli Cecilia**
9 **Rangel Loera (IFCH)** perguntou se o edital seria aberto por cada programa ou pela PRPG.
10 A **Sra. Presidente** respondeu que a PRPG seria a responsável por abrir o edital para
11 aquele acordo. Os programas interessados poderiam apresentar suas propostas e, após
12 a aprovação da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, o funcionamento do programa começaria.
13 Comentou que estavam em setembro e que, para que aquilo acontecesse em janeiro,
14 fevereiro ou março de 2025, talvez o tempo não fosse suficiente. No entanto, conversaria
15 com os pró-reitores sobre o assunto. A transformação daquele aluno, se tudo desse certo,
16 seria para 2026, portanto, apenas naquele ano o programa poderia receber a bolsa de
17 pós-doutorado. A conselheira **Profa. Nashieli Cecilia Rangel Loera (IFCH)** mencionou a
18 questão da avaliação. Pois o acordo previa a realização de uma avaliação anual daquele
19 modelo formativo no âmbito do Memorando. Perguntou se a avaliação seria entregue à
20 PRPG e se seriam os programas responsáveis por realizá-la. A **Sra. Presidente**
21 respondeu que a PRPG seria responsável e que a proposta era que, na comissão de
22 outras instituições, houvesse, no mínimo, um Pró-Reitor de uma das seis universidades.
23 A conselheira **Profa. Nashieli Cecilia Rangel Loera (IFCH)** perguntou se cada programa
24 faria aquela avaliação interna. A **Sra. Presidente** respondeu que era necessário ter o
25 insumo do programa na avaliação que seria enviada à PRPG. Em seguida, perguntou à
26 Profa. Nashieli se havia mais alguma questão e se ela via uma adesão possível ao acordo
27 no IFCH. A conselheira **Profa. Nashieli Cecilia Rangel Loera (IFCH)** respondeu que
28 alguns programas de sua unidade tiveram algumas bolsas de doutorado direto vinculadas
29 a projetos FAPESP, mas não eram todos. A **Sra. Presidente** respondeu que não estava
30 se referindo ao doutorado direto, que sempre realizavam, mas sim a uma adesão que
31 permitisse aquela mudança no mestrado. A conselheira **Profa. Nashieli Cecilia Rangel**

1 **Loera (IFCH)** explicou que o IFCH possuía sete programas PROEX, que eram muito
2 diferentes entre si. Mencionou que a Filosofia já havia feito aquilo, sem uma seleção
3 específica, e não se lembrava se a Ciência Política também, mas afirmou que estava
4 sendo utilizado. No entanto, não em todos os programas, devido à grande diversidade
5 existente. A **Sra. Presidente** perguntou se havia mais alguma observação e não havendo,
6 colocou em votação o Acordo do Plano de Aperfeiçoamento da Pós-Graduação, que foi
7 aprovado por unanimidade. Mencionou que havia encerrado a Ordem do Dia e, dando
8 início ao Expediente, passou a palavra à Sra. Marli para falar sobre a Palestra da Diretoria
9 Financeira. A **Sra. Marli Padovan de Souza (Diretoria Financeira PRPG)** cumprimentou
10 a todos e convidou os membros presentes, a participarem da Palestra da Diretoria
11 Financeira que ocorreria no dia 23 de setembro, das 9h às 12h, na FCM. Comentou que
12 os palestrantes abordariam vários assuntos de interesse dos docentes que possuíssem
13 recursos em seus CPFs, apresentando exemplos e cuidados a serem tomados. Explicou
14 que a palestra não seria gravada para que os convidados se sentissem à vontade para
15 tirar suas dúvidas. Finalizou afirmando que seria uma palestra muito interessante, tanto
16 para docentes quanto para funcionários técnicos administrativos. Disse que esperava
17 contar com a participação de todos, agradecendo a atenção. O **Prof. Elias Basile**
18 **Tambourgi (PRPG)** complementou a fala da Sra. Marli, informando que até o momento
19 havia 126 inscritos, a maioria dos quais eram funcionários técnicos administrativos. A **Sra.**
20 **Marli Padovan de Souza (Diretoria Financeira PRPG)** comentou que havia poucos
21 docentes inscritos. O **Prof. Elias Basile Tambourgi (PRPG)** pediu a todos que
22 divulgassem a palestra. A **Sra. Marli Padovan de Souza (Diretoria Financeira PRPG)**
23 mencionou que o auditório tinha a capacidade para 160 pessoas, portanto ainda havia
24 lugares disponíveis. Destacou que dos 126 inscritos, 80% eram servidores técnicos
25 administrativos e 20% docentes. Informou que a inscrição deveria ser feita por meio de
26 um link disponível no site da PRPG, mas que naquela tarde enviaria novamente o link por
27 e-mail a todos os coordenadores. A **Sra. Presidente** disse que achava importante e
28 fundamental a participação dos secretários e ATs das unidades. Antes de dar sequência
29 aos assuntos do Expediente, mencionou que a pós-graduação da UNICAMP conquistou
30 quatro Prêmios Tese-CAPES e três menções honrosas, representando uma bela edição
31 para a instituição. Mencionou o prêmio ganho pelo Programa de Farmacologia com a

1 doutora Ákila de Oliveira e seu orientador Prof. Edson Antunes, a Engenharia Química
2 com a doutora Bruna Carvalho e sua orientadora Profa. Lucimara de la Torre, o Programa
3 Múltiplas Unidades de Ensino em Ciências e Matemática (PECIM) com a doutora Gabriela
4 Pívaro e seu orientador Prof. Gildo Giroto, e a Clínica Odontológica com o Prof. Valentim
5 ganhando o seu segundo prêmio como orientador do doutor Raphael Cavalcante Costa.
6 As menções honrosas foram para o Programa de Artes Visuais, com o doutor Rafael
7 Pagatini, orientado pela Profa. Luíze Vaz; a Engenharia de Alimentos, com a doutora
8 Débora Tamires Pereira, orientada pelo Prof. Julián Martínez; e o Programa de
9 Estomatologia, com o doutor Luan da Silva e o Prof. Pablo Vargas como orientador.
10 Parabenizou todos os professores, orientadores, coorientadores e alunos, agora doutores,
11 assim como a Faculdade de Odontologia de Piracicaba, que recebeu dois prêmios. O
12 conselheiro **Prof. Valentim Adelino Ricardo Barão (FOP)** ressaltou a importância da
13 FOP em relação à pós-graduação. Comentou que, na Odontologia, existiam cinco cursos
14 nota 7 no Brasil, e a FOP possuía três deles. Mencionou que fez um levantamento dos
15 Prêmios CAPES de Tese e destacou que a FOP ganhou todos os anos desde 2018,
16 muitas vezes conquistando dois prêmios, como primeiro lugar e menção honrosa. Afirmou
17 que aquele feito enchia todos de orgulho. Finalizou agradecendo a todas as Pró-Reitorias
18 que sempre os auxiliavam quando solicitadas. A **Sra. Presidente** parabenizou a FOP,
19 comentando que foi um grande sucesso. Em seguida, seguiu a lista do Expediente e
20 passou a palavra ao Prof. Elias. O **Prof. Elias Basile Tambourgi (Assessor PRPG)**
21 lembrou aos presentes que aconteceria o Encontro PAD/PED no dia 08 de outubro, com
22 a palestra do Marcelo Tas. Disse que a Marcela já havia enviado os folders para as
23 unidades e solicitou que divulgassem extensamente o evento. Informou que, por exigência
24 contratual, o evento não poderia ser gravado e não ficaria disponível no Youtube, mas iria
25 ser transmitido normalmente para Piracicaba e Limeira. Pediu, mais uma vez, que
26 divulgassem em suas respectivas unidades. Corrigiu-se, informando que seria no dia 07
27 de outubro, segunda-feira, após a eleição, às 10 horas, no Centro de Convenções. A **Sra.**
28 **Presidente** introduziu o ponto seguinte do Expediente, informando que, na sexta-feira
29 anterior, a CAPES havia feito uma apresentação em São Paulo a respeito do novo
30 programa de internacionalização, o qual não teria mais o nome de “PRINT”, mas seria
31 chamado “CAPES Global”. Comentou que a Sra. Cristina e a Sra. Rita estiveram

1 presentes. Pediu para que falassem um pouco a respeito. A **Sra. Cristina Ferreira de**
2 **Souza (AT PRPG)** deu bom dia a todos. Informou que o Prof. Rui e a Profa. Vanessa
3 estiveram presentes e conduziram a apresentação. Disse que a CAPES começou falando
4 sobre o PRINT e as dificuldades que tiveram com ele durante o período, bem como seus
5 pontos positivos. Disse que o mais importante do que foi apresentado foi o novo programa,
6 o CAPES Global, que seria um Programa de Redes para Internacionalização. Explicou
7 que aquilo aconteceria entre as universidades nacionais. Haveria uma universidade que
8 seria a líder e mais cinco associadas, no máximo, sendo cada uma de uma região
9 diferente, a depender da quantidade de associadas. Por exemplo, caso tivesse duas
10 associadas, uma teria de ser de uma região diferente, se fossem três, duas deveriam ser
11 de regiões diferentes e, no caso de quatro ou cinco associadas, três deveriam ser de
12 regiões diferentes. Disse que, com aquilo, esperavam um acordo de cooperação entre
13 todas as universidades. A líder deveria ter programas com nota 6 ou 7, enquanto as
14 associadas poderiam ter programas com notas 3 a 5. Explicou que cada IES devidamente
15 qualificada nos requisitos poderia apresentar apenas uma proposta de rede como líder, e
16 as associadas poderiam participar em mais de uma proposta de rede como associada,
17 desde que em temas diferentes. Disse que os temas deveriam ser correlacionados,
18 alinhados às prioridades nacionais e aos ODSs – que são as propostas pela ONU.
19 Perguntou à Sra. Rita se havia algo com que ela gostaria de complementar. A **Sra. Rita**
20 **de Cássia X. C. do Espírito Santo (PRINT PRPG)** acrescentou que eram 17 objetivos da
21 ODS. A **Sra. Cristina Ferreira de Souza (AT PRPG)** informou também que apresentaram
22 que aquela proposta não estava completamente fechada, e que estavam realizando as
23 reuniões por região, e a previsão era de que seriam encerradas até 15 de outubro. Depois
24 daquelas visitas, iriam elaborar internamente na CAPES a Portaria e o Edital, para que
25 fosse aprovado provavelmente até dezembro. Disse que a intenção deles era de que
26 ficasse pronto para o ano de 2025. Seriam mais ou menos quatro meses de inscrições,
27 para então começar no segundo semestre. Disse também que seriam 20 redes a serem
28 aprovadas. Pediu novamente complementação à Sra. Rita. A **Sra. Rita de Cássia X. C.**
29 **do Espírito Santo (PRINT PRPG)** comentou que eram os 17 objetivos da ONU e mais 1,
30 e que a diferença do programa com o PRINT era de que iriam trabalhar para diminuir a
31 assimetria entre as IES do Brasil, em que os programas estavam todos concentrados na

1 Região Sudeste, assim, com as redes, pretendiam fazer a interiorização do país, os
2 maiores puxando os menores. A **Sra. Presidente** comentou que aquele era um outro
3 formato que, na verdade, também era um pouco limitado, pois, se seriam apenas 20 redes
4 e poderiam ter no máximo 5 associados, era só fazer as contas para deduzir aquilo, afinal,
5 tinham 480 universidades no país. Disse que não sabia muito bem de onde havia saído
6 aquelas informações e que não tinham conversado com a DRI, mas que o trabalho em
7 rede talvez fosse uma saída para diminuir as assimetrias, desde que as redes fossem, de
8 fato, muito heterogêneas. Exemplificou que fazer entre São Paulo e Minas Gerais não
9 adiantaria nada, e que talvez funcionasse se fizessem com São Paulo e Pará, por
10 exemplo, mas seria algo que dependeria justamente da disposição das universidades
11 maiores de constituírem aquelas redes como líderes, bem como das demais aceitarem a
12 proposta. Relembrou novamente que, pelo que entendeu das apresentações enviadas
13 ainda não estava claro como fariam aquilo, no caso do edital, por exemplo. A **Sra. Rita de**
14 **Cássia X. C. do Espírito Santo (PRINT PRPG)** disse que o aporte financeiro seria bem
15 maior que o PRINT, por volta de 50 milhões. A **Sra. Presidente** opinou que deveriam
16 esperar mais um pouco pela definição da CAPES, já que a proposta havia sido
17 apresentada. Relembrou que tinham de entregar o relatório do PRINT em si, e que a
18 PRPG já havia encaminhado um e-mail com os prazos para que as unidades enviassem
19 seus relatórios, uma vez que ainda seria necessário sistematizar tudo, tratar o documento
20 e encaminhar para a CAPES, tudo no mesmo ano. A conselheira **Profa. Cinthia Baú**
21 **Betim Cazarin (FEA)** levantou uma dúvida. Perguntou se o líder era o PPG ou a
22 UNICAMP. Também perguntou se a UNICAMP poderia estar em mais de uma rede. A
23 **Sra. Presidente** esclareceu-lhe que o líder era a instituição. A **Sra. Cristina Ferreira de**
24 **Souza (AT PRPG)** explicou que seria apenas um por instituição. A **Sra. Presidente**
25 acrescentou que não poderia ser um PPG, até porque seriam apenas 20 redes. Com
26 relação ao REDU, perguntou à Profa. Cláudia se gostaria de falar sobre o evento. A **Profa.**
27 **Dra. Cláudia Vianna Maurer Morelli (Assessora PRPG)** deu bom dia a todos. Levantou
28 que, em relação ao REDU, todos já teriam recebido um e-mail informando que a PRP faria
29 um evento no dia 18, onde haveria palestras sobre Ciência de Dados e sobre Dados
30 Abertos, bem como um treinamento à tarde com 60 vagas. Caso houvesse um número
31 maior de inscritos, eles pretendiam realizar uma outra rodada de treinamento. Disse que

1 a PRPG estava apoiando aquela ação e incentivando os alunos a se inscreverem, para
2 que começassem a conhecer melhor o REDU e a maneira de inserir os dados, metadados
3 etc. Comentou que os e-mails já tinham sido encaminhados, tanto pela PRP quanto pela
4 PRPG. Apontou que aquilo era por conta do Love Data Day. Apresentou que havia a Love
5 Data Week, um evento internacional que ocorria em fevereiro, mas quiseram desenvolver
6 um mini evento de um dia, e que todos deveriam incentivar seus alunos a participarem
7 daquele hands-on. A **Sra. Presidente** levantou que seria bom estimular os alunos, pois
8 uma das normas de funcionamento do REDU era que o próprio aluno colocasse a mão na
9 massa e inserisse os dados, sua dissertação, seu artigo, sua base de dados, sem pedir
10 para alguém fazê-lo por ele. Era de fato uma tarde chamada “mão na massa”, feita para
11 os alunos aprenderem sobre a ferramenta – pois não era nada difícil, apenas um pouco
12 chato, e deveriam entrar no sistema para entender realmente. A **Profa. Dra. Cláudia**
13 **Vianna Maurer Morelli (Assessora PRPG)** complementou, explicando que, na realidade,
14 o docente e o pesquisador conseguiam fazer rapidamente a solicitação para entrar, e o
15 SBU liberava automaticamente a plataforma para o professor. O aluno, no caso,
16 necessitava de um formulário assinado pelo orientador atestando que estaria apto a usar
17 o REDU, então os alunos que fossem participar teriam aquela etapa a mais. O conselheiro
18 **Prof. Orlando Luis Goulart Peres (IFGW)** questionou o que seriam “metadados”, e disse
19 que procurou a respeito para tentar explicar para a comunidade do IFGW e não encontrou
20 em lugar nenhum. A **Sra. Presidente** esclareceu que metadados era simplesmente a ficha
21 técnica. O conselheiro **Prof. Orlando Luis Goulart Peres (IFGW)** comentou sobre um
22 dos documentos que dizia que seria “softwares, dados brutos...” mas não incluía a tese.
23 A conselheira **Profa. Dra. Cláudia Vianna Maurer Morelli (Assessora PRPG)** esclareceu
24 que a tese não entraria mesmo, e lá seriam inseridos apenas os metadados – que era a
25 ficha de informação, como qual modelo animal foi usado, quantos animais, qual foi o
26 tratamento, sem inserir os dados em si. No outro caso que seria possível colocar os dados,
27 os gráficos, o *raw data*, para construir um banco de dados. Esclareceu que a tese
28 continuava no SBU, o que iriam fazer era inserir na homologação o DOI gerado pela ficha
29 do REDU, apenas. O conselheiro **Prof. Orlando Luis Goulart Peres (IFGW)** colocou mais
30 uma dúvida, de que tinha entendido que quem faria tudo seria o orientador, a não ser que
31 passasse aquilo para o aluno. A conselheira **Profa. Dra. Cláudia Vianna Maurer Morelli**

1 **(Assessora PRPG)** afirmou que o orientador poderia sim fazer, e que seria possível optar
2 tanto por ele mesmo inserir, como por permitir que o aluno inserisse. Disse que, quando
3 pediam que o próprio aluno o fizesse, estavam colocando essa maior responsabilidade de
4 formação em cima dos alunos, então era algo desejável, embora houvesse pedidos para
5 que o próprio orientador o pudesse fazer, sem passar para o aluno. A **Sra. Presidente**
6 comentou que tinha sido o Prof. Carlos que havia pedido aquilo. A conselheira **Profa. Dra.**
7 **Cláudia Vianna Maurer Morelli (Assessora PRPG)** esclareceu que, então, a pedido do
8 Prof. Carlos, colocaram aquela responsabilidade primeiramente ao orientador, mas que
9 poderia ser delegada ao aluno. A **Sra. Presidente** acrescentou que aquele aluno logo se
10 tornaria um profissional, um professor, um pesquisador, então era bom ele saber fazer
11 aquilo de qualquer forma. O conselheiro **Prof. Tiago Zenker Gireli (FECFAU)** disse que
12 se lembrava da conversa com a professora Cláudia, em que tinham comentado também
13 sobre a questão de quando os dados eram colaborativos, levantados e usados em
14 diversos trabalhos. Perguntou se aquilo tinha tido algum avanço, e questionou se
15 poderiam colocar no SIGA o mesmo DOI de um conjunto de dados que tivesse sido usado
16 por mais de um aluno. Comentou que, no caso de sua unidade, havia alguns dados a
17 partir dos quais levantavam vários estudos, tiravam diferentes conclusões e iam para
18 caminhos diferentes, embora os dados fossem os mesmos, e de nenhum aluno específico,
19 mas colaborativos de um grupo. Perguntou se aquela era uma possibilidade. A conselheira
20 **Profa. Dra. Cláudia Vianna Maurer Morelli (Assessora PRPG)** assentiu que era
21 possível sim que fossem inseridos de forma relacionada à tese ou à dissertação sendo
22 produzida, e que havia cinco campos onde poderiam ser inseridos cinco DOIs. Informou
23 que, inclusive, o sistema já estava pronto na DAC, então, caso alguém quisesse testá-lo,
24 já poderia começar. A **Sra. Presidente** mudou de assunto e levantou que todos já deviam
25 ter recebido o e-mail sobre os prazos das Recoletas 21 e 22 da CAPES. Mencionou, como
26 lembrete, que já estavam em pleno período de inserção. O conselheiro **Prof. Tiago**
27 **Zenker Gireli (FECFAU)** disse que havia trazido um pedido de sua AT. Se poderiam
28 disponibilizar mais alguns dias de prazo para inserção, uma vez que a própria PRPG tinha
29 15 dias de prazo. Justificou que aquele pedido de sua AT era por conta de que haviam
30 descoberto vários trabalhos feitos por alunos egressos que os professores não tinham
31 listado, ou dos quais não participaram, e tinham a intenção de conseguir listar todos.

1 Comentou que, para o outro programa, o prazo estava bem tranquilo, mas que seria
2 interessante se pudessem receber alguns dias a mais de prazo. A **Sra. Presidente**
3 explicou que, na realidade, eles colocavam aquele prazo porque a CAPES costumava
4 colocar todos os prazos e editais na mesma semana ou quinzena, e era muito difícil dar
5 conta de tudo de forma razoável, mas disse que poderiam conversar a respeito daquilo
6 posteriormente. Comentou, a respeito da Instrução Normativa para Alunos PCD, que
7 estavam elaborando uma Instrução para orientar os editais de seleção, que seria
8 apresentada futuramente, assim que completassem sua elaboração. Disse que não era
9 algo que precisasse ser aprovado pela CCPG – embora pudessem até trazê-la para
10 eventuais discussão e aprovação na reunião –, mas eram instruções para a abertura dos
11 editais, nos casos de eventuais candidatos PCD se inscreverem nos programas, para que
12 pudessem ter os cuidados necessários e não fugir da legislação. Perguntou se a DEAPE
13 gostaria de falar algo a respeito. A **Sra. Adriane Martins Soares Pelissoni (DEAPE)**
14 disse que tinha vindo a pedido do professor Sávio para passar dois informes relacionados
15 aos estudantes PCDs. O primeiro informe era que o Programa de Atendimento
16 Educacional Especializado já contemplava a pós-graduação e muitos professores da pós-
17 graduação já tinham recebido na Pós-Menos, no início do semestre, as cartas enviadas
18 com as sugestões de adaptação para a frequência dos estudantes em disciplina.
19 Ressaltou que era algo importante, que já tinham feito trabalhos e realizado uma semana
20 de eventos, mas que aquilo seria uma realidade crescente. Constatou que, até aquele
21 momento, havia 113 estudantes da graduação e da pós-graduação que solicitaram
22 formalmente o atendimento educacional especializado, dentre os quais apenas 12 eram
23 da pós-graduação, por enquanto. Mas, considerando que cada doze tinha três
24 professores, mais o orientador, o volume já estava se multiplicando. Informou que o
25 sistema estava totalmente automatizado pela DAC. O segundo informe era que estavam
26 fechando o orçamento e solicitaram à administração, para 2025, recursos da universidade
27 para a Bolsa Mentoria voltada aos estudantes PCDs, em que algum colega da pós-
28 graduação ou da graduação iria assessorar o estudante com deficiência em um projeto
29 pontual. Informou que aquilo faria parte do orçamento da DEAPE como uma solicitação,
30 relativo a um estimado número de Bolsas. Disse que aquela era só uma notícia para a
31 casa, para complementar que seria avaliado no orçamento seguinte. A **Sra. Presidente**

1 complementou dizendo que a Bolsa Mentoria PCD que comentaram e aprovaram, que
2 teria o valor da Bolsa PED C, ficaria sob a coordenação da DEAPE e não da PRPG,
3 porque eles tinham todos os dados e o aparato para dar conta da melhor seleção e do
4 que precisaria ser feito. Relembrou que haviam aprovado as cotas adicionais para a
5 seleção dos alunos PcDs aprovados nos programas, então aquela Instrução visava
6 justamente complementar a aprovação que tiveram anteriormente, com foco naqueles
7 cuidados. Apresentou o último ponto – dizendo que voltaria depois ao anterior, sobre o
8 dado de prorrogação –. Chamou a atenção que estavam preocupados com a questão da
9 inteligência artificial. Inclusive havia conversado com o Prof. Ricardo Dahabi, coordenador
10 da DETIC, pois sua preocupação cresceu justamente quando recebeu um e-mail
11 institucional da DETIC que falava sobre o uso do Gemini, como empregar, os cuidados
12 necessários, as possibilidades que apresenta etc. Pensou que, se havia até um e-mail
13 institucional sobre o uso da inteligência artificial, seria necessário mais desdobramento
14 com relação ao tema, pois era algo simplesmente acessível por celular ou computador.
15 Informou que ficaram de conversar para elaborar um seminário para graduação e pós-
16 graduação sobre o assunto, que eram evidentemente afetadas, ainda que a preocupação
17 da comissão fosse especificamente com a pós-graduação. Relembrou que, na reunião em
18 que comentaram sobre o prof. Luiz, da Computação, tinha mencionado a importância de
19 a DAC auxiliar com aquilo. Apontou que o Sr. Fernandy não estava presente, mas estava
20 o Sr. Paulo. Opinou que deveriam adotar no sistema a caixa de marcação – que o Instituto
21 de Computação já usava internamente – para quando o aluno apresentava a demanda de
22 defesa, que indicava se o aluno tinha usado inteligência artificial e, se sim, por que e como,
23 pois, era algo necessário que, no mínimo, fosse explícito. Disse que tinha aquela
24 preocupação, que poderia até ser exacerbada por seu desconhecimento do assunto, mas
25 que era melhor do que não ter preocupação. Disse que deveriam tomar alguns cuidados,
26 começando pela caixa de seleção, que colocaria como proposta para a DAC e para todos
27 os programas, que existisse no sistema ou no SIGA, quando você encaminha a defesa,
28 uma opção perguntando sobre o uso da inteligência artificial e, se sim, para quais fins.
29 Disse que talvez ainda fosse muito pouco perto das preocupações que o assunto poderia
30 gerar, mas poderiam começar por aí. Disse que pediria ao Paulo e à equipe da DAC para
31 implementar aquilo, que provavelmente não seria complicado, e já poderia ser tudo

1 encaminhado. Perguntou se os demais concordavam ou se havia alguém contra, embora
2 não achasse possível que houvesse discordância. O conselheiro **Prof. Orlando Luis**
3 **Goulart Peres (IFGW)** comentou que havia diversos usos de inteligência artificial, como
4 na pesquisa e na produção de texto. Perguntou se estavam pensando mais em relação
5 ao texto ou não. **Sra. Presidente** respondeu que não era só na questão de redigir um
6 texto, e que a inteligência artificial poderia ser usada também para a correção de texto,
7 por exemplo, o que seria ótimo se fosse o caso, mas a própria questionou para que seria.
8 O conselheiro **Prof. Carlos Henrique Inacio Ramos (IQ)** deu bom dia a todos. Explicou
9 que a discussão seria mais no sentido de que a IA seria realmente aplicada cada vez mais
10 na pesquisa. Explicou que, em termos de simulação, por exemplo nas áreas de pesquisa
11 em proteínas, estrutura, aplicações, aplicações médicas, biotecnológicas, aquilo estava
12 começando a fluir. Comentou que, nos encontros que faziam sobre o Plano, olhando para
13 o futuro da pós-graduação, aquela área era vista como possibilidade de ameaças e de
14 oportunidades. Expressou achar que a IA certamente iria entrar na área de pesquisa,
15 planejando-as e realizando-as no mundo virtual, o que não seria mais feito na bancada.
16 Indagou onde seria inserida a tal opção, porque provavelmente a IA começaria a aparecer
17 cada vez mais nos casos de pesquisa, e não apenas na construção e elaboração de
18 textos, que seriam os mais temidos. A **Sra. Presidente** perguntou se o prof. achava aquilo
19 redundante, por já estar sendo muito usado. O conselheiro **Prof. Carlos Henrique Inacio**
20 **Ramos (IQ)** comentou que tinha coisas que usavam sem sequer perceber. Por exemplo,
21 comentou que esteve lendo sobre como na fotografia, atualmente, praticamente tudo era
22 produzido por meio de IA, porque o suporte de tudo era basicamente o celular, que
23 internamente já utilizava o recurso, a não ser que fosse ativamente desabilitado. Então,
24 todo mundo já estava usando e empregando a IA sem nem perceber, até em buscas de
25 texto na internet. O conselheiro **Prof. Orlando Luis Goulart Peres (IFGW)** comentou
26 sobre uma discussão que tinha saído na Revista FAPESP, naquele mesmo dia, sobre a
27 realidade de que as empresas brasileiras estavam usando pouca IA, então seria na
28 verdade o oposto do que pensavam. Disse que, a respeito da elaboração de textos,
29 achava que havia muitas opiniões diferentes das pessoas, algumas argumentando que
30 fizeram o texto e a parte da pesquisa, usando a IA apenas para aprimorar a forma de
31 apresentação – o que não traria problema algum, já que a parte principal, de sentar no

1 laboratório e realizar a pesquisa, foi feita à mão. Comentou que era necessário avaliar a
2 situação daqueles casos em que não haveria problema. Levantou, entretanto, que haveria
3 a consequência, como por exemplo no momento de indicar o Prêmio de Melhor Tese.
4 Indagou se a melhor Tese selecionada teria sido escolhida pela porção feita pela pessoa
5 ou por uma inteligência artificial. Questionou qual seria o papel estabelecido para a IA.
6 Expressou novamente que nem todo mundo tinha a opinião de que o IA poderia ser algo
7 ruim, pois seria, na realidade, uma forma de apoio que estava sendo empregada. Apontou
8 que era necessário levar aquilo à discussão. A **Sra. Presidente** comentou que não seria
9 uma discussão fácil e que não tinha uma solução rápida. O conselheiro **Prof. Marko**
10 **Synesio Alves Monteiro (IG)** disse que achava aquela discussão super importante, e que
11 já havia a IA do Windows, do Google etc. Comentou que estava no Comitê de uma revista
12 em que o assunto da autoria com a presença de IA já havia sido colocada para debate, e
13 de que forma iriam naquela direção. Disse achar importante a UNICAMP explicitamente
14 declarar desde já uma política de IA, bem como separar usos como, por exemplo, fazer
15 um gráfico, ajustar uma imagem de questões de autoria, ou seja, usar o ChatGPT para
16 escrever um texto. Ele mesmo havia colocado no debate para a tal revista – e muita gente
17 concordou – que, embora não tivesse problema usar para corrigir o inglês, seria
18 problemático usar a IA para produzir texto, e aquele tipo de uso deveria ser restrito, pois
19 não cabia numa revista acadêmica. Sugeriu que a UNICAMP começasse a estabelecer
20 aquele tipo de distinção, já que a IA estava em tudo, mas produzir texto seria uma questão
21 crucial, ainda mais na área de humanas, em que os alunos já a usavam para a produção
22 de resenhas, trabalhos etc. Comentou que não havia ainda uma boa forma de detectar o
23 uso, então seria importante que houvesse alguma política para explicitar que a IA não foi
24 usada para produção de texto, e sim para outro fim. A conselheira **Profa. Márcia Azevedo**
25 **de Abreu (IEL)** comentou que achava aquela discussão super importante e que achava
26 boa a ideia de perguntar o que foi usado, mas que ainda havia algumas complicações.
27 Primeiramente, deveriam explicitar aos alunos quais seriam os recursos de inteligência
28 artificial, pois, quando se falava sobre IA, todos imediatamente pensavam no ChatGPT
29 escrevendo tese para a pessoa, embora houvesse diversas outras ferramentas de
30 inteligência artificial, então seria necessário saber para que foi usada. Questionou sobre
31 quando o aluno escrevia em inglês – ou mesmo em português – e o ChatGPT sugeria que

1 o texto ficaria mais claro de outra maneira, quem teria ficado responsável por aquela
2 autoria. Questionou, finalmente, o que aconteceria com o aluno ao clicar em “sim” e afirmar
3 que mandou a IA escrever sua tese inteira, uma vez que aquela era apenas uma pergunta.
4 Perguntou de que forma o orientador poderia seguir em frente com aquela informação.
5 Disse que achava necessário realizar um seminário a fim de amadurecer as ideias,
6 entender quais eram as ferramentas de inteligência artificial disponíveis e o que faziam,
7 bem como quais poderiam ser os prejuízos e auxílios para a pesquisa, também para não
8 demonizar a inteligência artificial, o que não deveria ser a intenção. O conselheiro **Prof.**
9 **Tiago Zenker Gireli (FECFAU)** comentou, na mesma linha da Profa. Marcia, que achava
10 que deveriam elaborar, juntamente a colegas que entendessem mais do assunto, algo
11 como um manual de boas práticas de uso da inteligência artificial. Apontou ser importante
12 mapear no SIGA, mas que não poderia ser um mapeamento leviano, baseado apenas se
13 foi usada ou não, pois poderia dar uma impressão negativa, contrariamente ao esperado,
14 e o mundo poderia pensar que a UNICAMP estava escrevendo textos de teses com uso
15 de inteligência artificial. Portanto, seria necessário algo mais elaborado, no sentido de
16 conhecer não apenas os nomes das ferramentas, mas o que poderiam fazer e quais seus
17 benefícios, além de listar apenas se foi ou não usada. O uso deveria ser acompanhado
18 do manual de boas práticas, para que os estudantes soubessem que tipo de uso era
19 recomendado e poderia auxiliar na pesquisa, indicando onde e de que forma estariam
20 perdendo autoria, se fosse o caso, ou incorrendo como se fosse um tipo de “plágio”.
21 Reiterou que seria importante caminhar na direção de criar um manual de boas práticas
22 para os alunos de pós-graduação e, por que não, também para os docentes e
23 orientadores, acompanhando a questão do SIGA. Disse que apenas a implementação no
24 SIGA poderia ficar muito simplista e, apesar de bom para mapear, deveria ser muito mais
25 detalhado do que apenas uma indicação de se foi usado ou não, a fim de possibilitar que
26 visualizassem o que, de fato, estava acontecendo. A conselheira **Sra. Elayne Rohem**
27 **Peçanha (Representante Discente IQ)** deu bom dia a todos e se apresentou. Alertou a
28 todos que estavam esquecendo o importante ponto da diferença da nova geração de
29 estudantes, muito imediatista e com costumes diferentes de pesquisar sobre suas dúvidas
30 do que os presentes estavam acostumados, pois não iam e procuravam de forma tão
31 palpável. Relatou que, atuando no PED, viu coisas curiosas a respeito daquela forma

1 imediatista. Sempre procuravam algum aplicativo que resolvesse para eles, sem nem
2 mesmo usar um computador – o que muitos nem tinham –, fazendo tudo apenas no
3 celular. Disse que às vezes se preocupava até se de fato sabiam escrever e redigir um
4 texto. Comentou que os alunos atuais sabiam como ler, corrigir e interpretar textos, mas,
5 para os novos que estavam chegando, talvez fosse necessária uma etapa anterior, de
6 ensinar como redigir. Disse que era muito fácil para aqueles que nasceram em uma época
7 e cultura diferentes, anterior, mas os alunos que estavam chegando não tinham ainda
8 costume e conhecimento de como procurar trabalhos qualificados na internet que
9 pudessem ser usados como base, ou mesmo treinar a inteligência artificial para usar com
10 um propósito adequado. Agradeceu. A **Sra. Presidente** comentou que foi muito bom o
11 que a Sra. Elayne apontou. Explicou que estavam indo na direção de, primeiramente,
12 realizar uma discussão para o Manual de Boas Práticas para, posteriormente, fazer uma
13 mudança no sistema. O conselheiro **Prof. Marco Lucio Bittencourt (FEM)** deu bom dia
14 a todos e concordou que aquela demonização da inteligência artificial deveria ser
15 considerada com um certo cuidado. Expressou que a inteligência artificial era algo que
16 deveria ser sempre levado em conta quando em relação à questão de dados grandes, que
17 requiríssem uma certa busca em busca de toda a informação, então, principalmente
18 naquele momento, seria necessário ter cautela, pois acontecia muitos casos como os de
19 empresas de big techs que lançavam algo do tipo, pois trazia muito dinheiro, e acabava
20 entrando na questão da demonização. Evidenciou, no entanto, que era possível reparar
21 que o caminho já estava indo em rumo contrário, e que existiam algumas empresas que
22 haviam perdido muito dinheiro nas semanas anteriores de valorização de Bolsa, pois
23 notaram que a inteligência artificial não era bem da forma como vinha sendo colocada.
24 Como exemplo, apontou o valor de 250 bilhões de dólares que a NVIDIA perdeu na Bolsa
25 nas semanas anteriores, um reflexo de que a onda de IA estava passando. Exemplificou
26 o caso de publicar um artigo, que poderia ser enviado para um revisor de inglês, mas
27 também poderia ser revisado usando ferramentas e aplicativos da internet, como o
28 Grammarly. Daquela forma, o sujeito estaria, certamente, usando a inteligência artificial,
29 mas certamente não iria consistir em um plágio. Como dito anteriormente, a questão seria
30 a melhora do texto e da redação, e não um plágio de pesquisa. Avaliou, aliás, que aquela
31 seria uma boa forma de empregar a ferramenta, uma vez que estaria aperfeiçoando o

1 trabalho. Concordou serem importantes todos os pontos levantados pelos colegas com
2 relação ao seminário voltado a esclarecer e identificar as boas e más práticas do uso de
3 IA, e que se fosse algo simplesmente inserido no sistema poderia criar algum tipo de
4 constrangimento relacionado ao uso da ferramenta, portanto, antes de fazê-lo, seria
5 interessante que eles próprios conhecessem melhor as potencialidades das ferramentas.
6 A **Sra. Presidente** concordou e indicou que procederia daquela maneira. Comentou que
7 a ferramenta do ChatGPT de aperfeiçoar o texto poderia ser interessante para os alunos,
8 mas levantaria novamente a preocupação de sempre, relativa à questão da originalidade:
9 até onde aquela iria e começaria à inteligência artificial. Contudo, frisou que aquele
10 assunto era matéria de um seminário próprio, mais detido. Disse que iria conversar com o
11 Prof. Ricardo e com o pessoal da computação sobre promover o seminário e a discussão
12 sobre o Manual de Boas Práticas de Uso da Inteligência Artificial, alterando qualquer
13 coisa, se viesse a ser o caso. O **Sr. Elias Basile Tambourgi (Assessor PRPG)** pediu à
14 Sra. Isabela que desse notícias sobre a segunda chamada do Move América. A **Sra.**
15 **Isabela Geanfrancesco Giroto (Diretoria Acadêmica PRPG)** deu bom dia a todos e
16 informou que o programa havia aberto a segunda rodada. Comentou que a tela exibida
17 para eles era diferente da exibida para os coordenadores, então entendiam que, com a
18 segunda rodada, deveria aparecer os inscritos da segunda rodada, então seria o momento
19 de fazer ou não a classificação. Comentou que, se ainda não aparecesse, então talvez
20 ainda não tivesse inscritos até lá e, quando fechasse, abriria para a terceira rodada,
21 momento em que seria possível puxar alunos que não foram selecionados em outras
22 etapas. A **Sra. Presidente** comentou que a intenção era apenas alertar para a segunda
23 rodada do Move América e passou a palavra. O conselheiro **Prof. Orlando Luis Goulart**
24 **Peres (IFGW)** relatou que, quando abriu a página nas primeira e segunda chamadas não
25 havia nada, mas na terceira chamada havia vários, muitos com um tipo de pesquisa bem
26 diferente, não relacionado à Física. Perguntou por que aquilo ocorria. A **Sra. Isabela**
27 **Geanfrancesco Giroto (Diretoria Acadêmica PRPG)** esclareceu que aqueles eram os
28 inscritos que não tinham sido selecionados em nenhum outro programa, que
29 automaticamente caíam direto para a terceira rodada, a partir da qual o programa tinha a
30 oportunidade de puxá-los, mesmo que fossem de outra área. A **Sra. Presidente** perguntou
31 à Sra. Isabela qual era o prazo. A **Sra. Isabela Geanfrancesco Giroto (Diretoria**

1 **Acadêmica PRPG)** respondeu que a segunda rodada seria até o dia 16 de setembro,
2 depois seria até 23 de setembro. A **Sra. Presidente** lembrou que dia 16 de setembro
3 era na semana seguinte. A conselheira **Profa. Cinthia Baú Betim Cazarin (FEA)** levantou
4 uma questão, que até mesmo tinha abordado por e-mail. Perguntou se teriam a
5 possibilidade de alterar o Plano de Trabalho apresentado pelo candidato no Move
6 América, uma vez que houveram muitos casos de candidatos que não entraram em
7 contato com ninguém e acabaram mandando projetos inviáveis de serem realizados
8 dentro do tempo que se propunham a permanecer. A **Sra. Presidente** respondeu que
9 supunha que sim, embora a CAPES não colocasse nada relacionado àquilo. Mencionou
10 também o prazo do edital aberto pela DERI junto com o Santander e a Open Academy,
11 que era para o início de outubro para a mobilidade internacional de estudantes de pós-
12 graduação. Comentou que provavelmente todos teriam recebido em seus respectivos
13 programas, conforme a DERI tinha informado que enviaria, então apenas quis alertar para
14 tal prazo. Compartilhou mais dois pontos que julgava preocupantes com a CCPG. O
15 primeiro sobre a integralização dos alunos, pois vinham recebendo muitos pedidos na pós-
16 graduação, a todo momento, para ampliação do prazo, que passavam por ela própria, que
17 analisava e concedia as autorizações. Comentou que tinha pedido à Sra. Isabela para
18 fazer um levantamento dos motivos daqueles pedidos de ampliação, o que revelou que a
19 maior parte era relacionada a questões de saúde, mais precisamente saúde mental, o que
20 a preocupou mais ainda. Mencionou que eram poucos os que tinham algum evento
21 diferente, como um acidente por exemplo, e a grande maioria dos problemas era
22 relacionado à saúde mental, acompanhados de laudos e mais uma série de justificativas.
23 Afirmou que aquele era um problema real que estava na mesa para eles, e era válido
24 alertar os orientadores e programas. Disse que não sabia muito bem até que ponto
25 poderiam fornecer apoio àquelas questões. Comentou que talvez a DEAPE tivesse até
26 mais dados do que a PRPG relacionados à extensão de prazo. Ofereceu a fala para a
27 Sra. Adriane A **Sra. Adriane Martins Soares Pelissoni (DEAPE)** comentou que era
28 possível levantar os dados com a Tânia, mas esclareceu que, atualmente, o número de
29 alunos atendidos no SAPPE estava na ordem de 60% de alunos da pós-graduação, e não
30 da graduação, ainda que o número de estudantes de graduação e pós-graduação fosse
31 quase o mesmo. Chamou atenção aos casos da pós-graduação, que, ao contrário da

1 graduação, apresentava casos muito mais complexos. Comentou que naquela mesma
2 tarde iriam ter uma atividade junto com o Viva Mais sobre uso de substâncias psicoativas
3 entre universitários. Disse que era notável que os estudantes, embora já tivessem
4 experimentado, tinha um grande aumento em seu padrão de consumo devido a diferentes
5 causas de sofrimento, sejam econômicas, sejam acadêmicas, seja porque ele não
6 consegue se sentir parte, e por uma junção de tudo. Comentou que estava lendo um report
7 americano no dia anterior – que poderia até compartilhar, se interessasse – e evidenciou
8 que os números ainda eram menores do que os deles, em que 13% dos estudantes nos
9 Estados Unidos possuíam ideação suicida, em comparação com a levantada em 2019,
10 antes da pandemia, de 7%. Disse que já estavam muito preocupados com aqueles 7%,
11 que era um número que talvez já tivesse mudado até aquele momento. Falou que poderia
12 trazer alguns dados e comentou que seria interessante trabalharem bastante e juntos.
13 Mencionou que, no dia anterior, havia acionado o Sr. Paulo pois, na formalização, quando
14 recebiam algum aluno cuja causa de sofrimento tinha impacto acadêmico, era necessário
15 encaminhar na hora, e com urgência, um exercício domiciliar. Esclareceu que o
16 procedimento cabia também para a graduação, mas que, no caso da pós-graduação,
17 sempre ficavam batendo cabeça, avisando o programa, o orientador, questionou a quem
18 deveriam recorrer quando identificavam que o aluno oferecia risco para ele mesmo ou
19 para terceiros. Comentou que aquilo nunca era feito pelo SAPPE, e que naquele ponto
20 entrava a orientação educacional, também para preservar a privacidade do estudante.
21 Explicou que, na graduação, o orientador educacional era quem entrava na DAC e
22 comunicava os professores, mas que também era necessário preservar a privacidade de
23 quem estava em sofrimento, ao mesmo tempo orientar. Apontou que a Tânia vinha
24 fazendo bastante aquilo, mas que estava preocupada com a maneira em que
25 formalizariam aquele processo quando oferecia um risco iminente. A conselheira **Profa.**
26 **Márcia Azevedo de Abreu (IEL)** concordou que o tema era super importante, e que
27 valeria um seminário com a PRPG, talvez pelo DEAPE, contendo uma apresentação dos
28 dados e orientações para os docentes de como proceder, seja como orientador ou enfim.
29 Comentou que cada vez mais vinham se tornando recorrentes situações que antes eram
30 incomuns. Disse que se sentia despreparada para lidar com aquelas coisas e que sabia
31 da possibilidade de recorrer ao DEAPE, mas que se tivessem um seminário para discutir

1 o tema coletivamente, com um mínimo de encaminhamento, todo mundo poderia se sentir
2 mais seguro e os alunos mais amparados. A **Sra. Presidente** expressou que achava que
3 todos eles eram relativamente despreparados para aquilo, salvo um ou dois docentes de
4 alguma área médica, portanto valeria a pena socializar mais certas informações e
5 orientações. A conselheira **Sra. Elayne Rohem Peçanha (Representante Discente IQ)**
6 comentou, a partir da experiência de contato que ela mesma teve com alguns alunos na
7 UNICAMP, os próprios alunos não sabiam como proceder e tinham medo de levar aquilo
8 para o orientador ou para o programa, o que acabava por gerar ainda mais conflito interno,
9 uma vez que, além de estarem passando por aquela situação, ainda havia toda a questão
10 profissional e de ambiente de trabalho. A conselheira **Profa. Melissa Gurgel Adeodato**
11 **Vieira (FEQ)** reforçou a importância daquela necessidade. Relatou que, na semana
12 anterior, havia conversado com uma docente de seu programa que lhe relatou uma
13 queixa, questionando até que ponto iria a questão da privacidade do aluno quando já
14 poderia afetar a segurança. Explicou que, no grupo de pesquisa da docente em questão,
15 havia um orientando com problemas psicológicos sérios – os quais ela desconhecia
16 totalmente até aquele ponto – que ameaçou outros orientandos do laboratório, resultando
17 que os outros alunos deixassem de querer trabalhar junto dele no mesmo local, gerando
18 uma situação bem complicada. Comentou que a docente foi se informar a respeito e soube
19 que já havia um histórico de problemas do aluno que ela desconhecia, e pensou que era
20 uma questão que deveria se alinhar também com a segurança, uma vez que ele poderia
21 realmente ter causado um acidente no laboratório em um de seus surtos. Por conta
22 daquilo, ela considerou que deveria ter sido informada previamente, inclusive para saber
23 se aceitaria orientá-lo ou não. A **Sra. Presidente** perguntou se poderiam pensar em um
24 seminário com aquelas informações. A **Sra. Adriane Martins Soares Pelissoni (DEAPE)**
25 informou que, no dia 27, a DEAPE teria sua nova página, que inclusive trazia o Manual de
26 Boas Práticas para a Promoção do Bem-Estar feito em 2019. Explicou que o Manual se
27 voltava à saúde mental, mas não para falar de sofrimento, e sim do que deveria ser feito
28 para que as pessoas ficassem bem. Disse, respondendo às professoras Márcia e Melissa,
29 para lerem o manual, pois nele constava indicações como, por exemplo, como avaliar
30 alguém em sofrimento, onde era possível fazê-lo na UNICAMP etc. Comentou que ele foi
31 produzido com a ideia de que a comunidade precisava conhecer aquelas possibilidades,

1 e frisou que era necessário discutir sobre estar bem, e não sobre sofrimento. Exemplificou
2 que, no laboratório, um ambiente colaborativo, quando alguém oferecia um risco a outro
3 ou a si mesmo, o que deveria ser feito era chamar o Vidas, ramal 16000, e mandar a
4 pessoa que não estivesse bem para o hospital, sem discussão ou diálogo. Exemplificou
5 que, em um caso hipotético de algum aluno que sempre fosse ao laboratório e de repente
6 mudasse seu comportamento usual, não era permitido, por questões legais de sigilo,
7 passar dados à orientadora, pois era algo pessoal do sujeito. Comentou que, quando
8 alguém da equipe multidisciplinar – como assistente social, nos casos de morador da
9 moradia, o próprio psiquiatra, ou mesmo o terapeuta que o atendia – identificava algum
10 risco, o contato deveria ser feito primeiramente com a família para depois formalizar com
11 a instituição. Informou que aquela era a segurança que tinha a passar para as professoras,
12 independentemente do que ocorreu entre aluno e orientadora, ele estava bem de acordo
13 com a equipe que o atendeu. Concordou com a professora Rachel no sentido de que
14 aquilo precisava ser disseminado pela universidade, para os casos em que fosse avaliado
15 algum risco, mas sempre orientando a discussão ao bem-estar. Comentou que já
16 houveram casos muito pontuais pelos quais passaram, com a Tânia ou com ela mesma,
17 que depois foram colocados na rede. Ressaltou que era, sim, uma discussão necessária,
18 mas sempre orientada ao bem-estar, e não ao sofrimento, pois aquelas eram as práticas
19 de uma comunidade que prezava mais pelas pessoas, e não por falar que todos estariam
20 adoecidos. O conselheiro **Prof. Marko Synesio Alves Monteiro (IG)** aproveitou o assunto
21 para expor que também vinha vendo vários casos gravíssimos no IG. Indicou que havia
22 casos, além dos internos, que aconteciam fora da universidade e que acabavam
23 envolvendo a equipe do instituto. Comentou que ficava em dúvida sobre os limites de sua
24 atuação naqueles casos em que acontecia algo externo, e a família ligava para a
25 Secretaria de Pós-Graduação, por exemplo, o que fazia a equipe se sentir envolvida no
26 caso. Relatou que tinha sempre assinalado que, em casos externos, não poderiam se
27 envolver, pois era comum as pessoas recorrerem à secretaria, aos funcionários, ao
28 orientador etc. Exemplificou com o caso em que o sujeito se apresentava em uma posição
29 em que abusou de alguma substância, comparecendo de carro à instituição, acreditando
30 que a UNICAMP teria a obrigação de oferecer apoio, enfermeiros e cuidados. Relatou que
31 sempre orientava a não fazerem aquilo, pois não seria o correto, e poderiam cuidar apenas

1 do que era do âmbito interno da UNICAMP, e não de apoiar algo que acontecesse do lado
2 de fora ou se um familiar viesse para pedir ajuda. Perguntou se havia algum material
3 pronto que poderia ser distribuído aos alunos no início de ano ou de boas-vindas. A **Sra.**
4 **Adriane Martins Soares Pelissoni (DEAPE)** frisou que era necessário entender que a
5 UNICAMP era uma instituição educacional a todo momento e que todos que estavam
6 dentro de um município, então, para emergências médicas de fora da universidade, a
7 solução possível era ligar para o SAMU, pois seria uma pessoa da própria comunidade.
8 Comentou que se uma pessoa entrava em contato e não estava bem, não seriam
9 responsáveis, mas era muitas vezes possível orientar, caso fosse próximo, tivesse um
10 colega, parte da comunidade, embora não fosse responsabilidade da universidade.
11 Ressaltou que, no entanto, ao presenciar um caso e optar por não falar nada, aquilo
12 aumentava o sofrimento. Então, em casos em que, por exemplo, o orientador decidia por
13 não falar nada pensando que iria prejudicar, na verdade tornava pior. Comentou, então,
14 que era sim passível de falar, explicitar que estava vendo – concretamente – uma
15 mudança, que o sujeito não estava bem, e questionar o que poderia fazer para ajudá-lo,
16 oferecendo contato com a DEAPE. Bastava aquilo, uma fala empática, que não colocava
17 nem dentro nem fora, pois, ao não falar nada, era como se nada estivesse acontecendo
18 e que só o sujeito tivesse o problema. Comentou que aquelas orientações eram básicas
19 para eles, porque tinham aprendido a lidar com aquela complexidade, mas que não era
20 todo orientador ou secretaria de pós-graduação que tinha aquele escopo, portanto, era
21 necessário um envolvimento da comunidade, e que tudo aquilo fosse amplamente
22 abordado no guia. Comentou, no entanto, que não necessariamente precisava ser um
23 caso relacionado à saúde mental, mas algo como o falecimento inesperado de um
24 membro querido pela comunidade, que era um impacto, tinha protocolo, e precisava ser
25 discutido. Ressaltou ser muito importante que houvesse o espaço para passar aquela
26 orientação. Comentou também que o limite de tudo aquilo se estabelecia no município, e
27 que havia um procedimento, sendo a assistência ambulatorial para quem precisasse de
28 apoio e, para casos de urgência, encaminhamento ao hospital ou a outra rede do
29 município, não dentro da UNICAMP. O conselheiro **Prof. Enelton Fagnani (FT)** sugeriu à
30 Presidente que, além do seminário, houvesse um treinamento básico de “primeiros-
31 socorros psicológicos”, semelhante aos cursos básicos de primeiros-socorros, onde a

1 intenção não seria se especializar médico, mas fornecer noções para prestar um pronto
2 atendimento básico quando necessário, como quando uma pessoa se machucava etc.
3 Exemplificou o que tinha acabado de ser dito pela Sra. Adriane, que era muito importante
4 mostrar empatia e tentar compartilhar a responsabilidade. No entanto, as pessoas ali, bem
5 como ele próprio, não tinham o preparo ou treinamento adequado para tal. Comentou que
6 um curso básico, até mesmo online, de noções básicas para abordar a questão e fornecer
7 um pronto atendimento psicológico seria muito importante. Reiterou que a ideia não era
8 se tornarem psicólogos dos outros – assim como nos primeiros socorros ninguém se
9 tornava cirurgião –, mas garantir ao menos uma certa estabilidade à pessoa dentro de um
10 curto espaço de tempo, até que pudesse ser encaminhada para alguém devidamente
11 competente. A **Sra. Presidente** opinou que poderiam promover aquela conversa no
12 seminário a ser realizado, para decidir, na medida em que se familiarizassem com o
13 manual já disponível, e com o que seria feito, e avaliarem se seria mesmo necessário um
14 treinamento presencial, ou se nele haveria as orientações básicas para lidar com
15 eventuais casos dos alunos. Disse que, sendo possível, já logo o fariam. Ainda
16 relacionado ao prazo de integralização, chamou atenção para o fato que, assim como os
17 vários casos de saúde mental, havia também muitos pedidos de prorrogação de prazo de
18 integralização com argumento de, resumidamente, falta de tempo para realizar. Pediu que
19 tivessem atenção com aquilo, pois era algo que, no limite, poderia prejudicar o programa,
20 uma vez que o aluno tinha prazo e planejamento para concluir seu projeto de tese ou
21 dissertação. Disse estar ciente de que as coisas se complicavam cada vez mais naquele
22 aspecto, já que a CAPES passava a dar permissão para associar trabalhos externos com
23 a própria bolsa, incentivando que uma parte do tempo fosse dedicada a um trabalho ou a
24 outra atividade, o que poderia ser também um problema. Achava válido orientar os colegas
25 quanto àquilo, pois era válido pedir prorrogação de tempo quando ocorria algo como um
26 fungo que não cresceu a tempo, mas os casos eram mais do que apenas questões
27 impostas pela natureza que subordinavam o Regimento. Alertou que aquilo poderia
28 prejudicar o programa no futuro, e que estavam excedendo a flexibilidade que havia sido
29 dada durante a pandemia. Portanto optou por falar anteriormente das questões relativas
30 à saúde, que era outro assunto, já que aquelas tratavam sobre tempo, sobre o Regimento,
31 o trabalho, o programa e a formação do aluno. Perguntou se alguém gostaria de falar algo

1 sobre o assunto e ressaltou que havia ficado preocupada, uma vez que boa parte dos
2 pedidos de prorrogação tinham relação com aquilo, e era algo que poderia prejudicar o
3 programa e o próprio aluno. Pediu aos programas e às unidades que fizessem um balanço
4 das atividades remotas, pois havia também a preocupação de que, após a série de
5 alterações no Regimento voltadas à flexibilidade do ensino e à divulgação que haviam
6 sido feitas – que incluíam definir atividades híbridas, possibilidades de ensino remoto,
7 discutir convênios e disciplinas especiais etc. –, tinha recebido da DAC, naquela semana
8 ou na anterior, uma listagem de mais de 60 disciplinas especiais que seriam oferecidas
9 100% remotamente. Confessou que não saberia apontar até que ponto aquilo tinha a ver
10 com os convênios. Comentou que eram disciplinas especiais, e não regulares, então
11 teriam mesmo uma certa flexibilização, mas que, independentemente, seria proveitoso
12 fazer um balanço sobre até que ponto as mudanças de Regimento estavam sendo
13 cumpridas e até que seria necessário novas mudanças ou voltar ao que eram
14 anteriormente. Explicou que não era exatamente sobre exercer controle sobre as
15 atividades remotas, mas saber se estava sendo feito de forma adequada. Disse que, com
16 as diversas mudanças de legislação e Regimento, chegava um momento em que o seu
17 cumprimento era irregular, acontecendo ora sim ora não, ou mesmo se tornavam
18 obsoletas, pois a dinâmica havia mudado. Pontuou novamente a necessidade de realizar
19 aquele balanço – principalmente relativo às disciplinas, que eram o problema central, já
20 que, quanto às atividades de pesquisa, iam realizando por meio de conversas e
21 seminários. A conselheira **Profa. Márcia Azevedo de Abreu (IEL)** perguntou para onde
22 seria encaminhado o levantamento. A **Sra. Presidente** respondeu que seria para a PRPG.
23 A conselheira **Profa. Márcia Azevedo de Abreu (IEL)** perguntou se seria por e-mail. A
24 **Sra. Presidente** confirmou. O conselheiro **Prof. Enelton Fagnani (FT)** levantou um tema
25 que disse já ter sido debatido várias vezes na comissão, mas o fazia novamente por
26 cobrança de seus docentes, sobre a prerrogativa de que docentes da UNICAMP de todos
27 os campi não tivessem auxílio de deslocamento para estar nos outros campi, bem como
28 de que, se fosse daquele local, tivesse sua participação obrigatoriamente presencial –
29 salvo exceções muito bem definidas, como casos médicos e estadias no exterior por
30 alguma razão. Entretanto, sobre aquilo, disse que, quando desejava convidar um docente
31 do campus de Barão Geraldo para ir até o de Limeira, não tinha como pagar seu

1 deslocamento. Ressaltou que a orientação era de que, se quisesse, o docente poderia
2 usar o fretado, o qual sabiam que vinha tendo muitos problemas desde sempre, pois era
3 um serviço ruim de uma empresa péssima, o qual já haviam denunciado exaustivamente,
4 pedido para trocar de empresa e contratos, enviado fotos, e nenhuma resolução tinha sido
5 levada. Comentou que, pelos dez anos que esteve na FT, aquilo nunca foi atendido,
6 portanto tinha desistido de falar, pois era algo chato e humilhante de se fazer, ainda mais
7 sem chegar em uma resolução. Disse que, se não acreditassem, bastava perguntar para
8 qualquer colega presente que usava o fretado, que poderia relatar ainda mais
9 profundamente. Relatou que seus colegas acabavam submetendo pedidos de banca com
10 colegas do campus de Barão Geraldo, os quais ele não poderia bancar; entretanto, o
11 colega também era privado da opção de participar remotamente, por conta da regra que
12 exigia a participação presencial de membros internos da instituição. Disse que alguns
13 colegas relatavam ter participado remotamente, da FT, de bancas no campus de
14 Campinas, e que era algo tido com bastante naturalidade, sem caráter de exceção ou
15 procedimento adicional. Desaprovou sua obrigação de negar tais pedidos a seus
16 docentes, uma vez que a regra não era plenamente praticada. Pediu que fossem
17 verificadas as práticas relativas a aquela participação e suas relevâncias, se era de fato
18 pertinente proceder como estava ou se, caso houvesse intenção de alterar a regra, que
19 se aplicasse para todos. Apontou que era injusto um caso em que, por exemplo, um
20 docente do IQ convidava um colega do IFGW para uma banca e este participava
21 remotamente, sendo que o instituto ficava do outro lado da rua, enquanto ele, em Limeira,
22 era obrigado a solicitar que docentes de Campinas fossem até lá com o próprio carro,
23 cobrindo os próprios custos. Comentou que alguns convidados que se negavam a ir
24 presencialmente topariam se caso fosse uma participação remota – o que era proibido
25 pela regra, uma vez que todos eram internos da UNICAMP. Frisou que era complicado
26 pedir aos docentes que se deslocassem entre os campi por conta própria, pois a Unicamp,
27 apesar de ser tida como uma coisa única, se distribuía fisicamente entre Piracicaba, Barão
28 Geraldo e Limeira. O conselheiro **Prof. Marko Synesio Alves Monteiro (IG)** disse que
29 estava com dificuldades naquela mesma direção, pois, embora tentasse seguir aquelas
30 regras, observava casos semelhantes aos relatados pelo prof. Enelton, e não só para
31 casos de bancas de defesa multiunidade, mas também em casos de alunos de pós-

1 graduação que tomavam o híbrido como natural, como se pudessem optar pela forma
2 virtual sempre que estivessem doentes ou por conta de outros trabalhos, bastando pedir
3 o link para a aula. Comentou que teve um caso do tipo naquele mesmo dia. Questionou o
4 que seria interessante manter daquela regra, o que mudar ou o que ajustar, como, por
5 exemplo, no caso do campus de Limeira. Expressou novamente que o uso de link online
6 para as aulas tinha sido naturalizado inclusive pelos professores que vinham permitindo.
7 Disse que vinha alertando constantemente que aquilo era contra as regras da CPG, mas
8 sempre acabava ouvindo rumores de que havia acontecido em alguma disciplina. Disse
9 ser necessário algum esforço para pensar naquele sentido. Perguntou também à
10 Presidente sobre o que era solicitado que produzissem, se seria algo relativo apenas às
11 disciplinas oferecidas ou considerariam também a prática. A **Sra. Presidente** respondeu
12 que eram as duas coisas, deveria ser um balanço daquilo que era feito híbrida ou
13 remotamente, por conta do que já havia sido definido na longa discussão sobre mudança
14 do Regimento e das práticas. Comentou, a fim de apresentar um balanço, que já tinha
15 havido uma longa discussão no início daquela gestão da PRPG sobre a mudança
16 regimental e o aproveitamento da parte boa trazida pela possibilidade remota. Disse que,
17 em sua opinião, a parte boa continuava lá, evidenciada nos casos de colegas que
18 moravam no Norte, Nordeste ou mesmo fora do Brasil. Expressou que não poderiam
19 justificar uma mudança de regimento ou lei por conta de transgressões, então precisariam
20 identificar até que ponto estavam falando sobre transgressões. Disse que a PRPG não
21 precisava, não podia e não iria fazer papel de polícia, e que esperava que ninguém, nem
22 as CPGs, o fizesse. Contudo, concordou que era necessário dar os alertas, pois bastava
23 o aluno informar uma gripe para justificar pedir o link para assistir online, algo típico de
24 uma geração que não queria sair de casa. Falou que não era assim o funcionamento da
25 universidade, mas que havia transgressões, desobediências e tudo o mais, portanto pediu
26 que fosse realizado um balanço, a fim de identificar o que poderia ser aperfeiçoado nas
27 regras da PRPG sem voltar atrás, pois ninguém gostaria que aquilo acontecesse. O
28 conselheiro **Prof. Paulo Sérgio Fracalanza (IE)** deu bom dia a todos. Explicou que, no
29 caso de defesas, pelo menos no IE, tinham uma prática cada vez mais difundida com
30 relação a membros, sobretudo externos, participarem de forma remota. Havia professores
31 da USP que eram convidados e diziam que teriam o maior prazer em participar, só não

1 poderiam comparecer presencialmente, ao que o IE oferecia a opção de que ele
2 participasse a distância. Disse que estava falando de São Paulo, que, apesar de
3 relativamente perto, não era tão mais fácil, por conta de viagem etc. Apontou também que
4 aquilo possibilitava uma facilidade de agendamento muito maior, com menos atrasos e
5 sem o tempo de deslocamento, e aquilo facilitava a execução. Disse que quase não tinha
6 precisado pagar passagens, porque as pessoas não compareciam presencialmente.
7 Comentou que, excepcionalmente, algum professor externo, por vezes até de longe, dizia
8 querer muito participar presencialmente, oportunidade que deixava todos muito alegres
9 quando acontecia, e aproveitavam a oportunidade convidando-o a vir. Do contrário, tinha
10 havido grande dificuldade naqueles casos, inclusive com alunos, uma vez que muitos já
11 estavam trabalhando ou terminando suas teses em seus estados de origem, e afirmavam
12 que o custo para sair do estado era proibitivo, perderiam aulas, teriam de pagar passagem,
13 deslocamento, já não tinham mais moradia. Expressou que sentia que aquilo tudo tinha
14 mudado bastante, principalmente quanto à defesa. Disse que as disciplinas se
15 encaixavam em outro patamar, mas, a defesa tinha mudado muito, e haviam se habituado
16 àquele novo formato, cada vez mais remoto. Expressou que não sabia bem o que
17 deveriam fazer, se lamentariam ou aceitariam. A **Sra. Presidente** frisou que a ideia era
18 uma hibridez cada vez maior, em que alguns estariam aqui, presencialmente, e o colega
19 de longe remotamente. O conselheiro **Prof. Paulo Sérgio Fracalanza (IE)** comentou que,
20 muitas vezes, formavam banca preferencialmente com gente de fora, então ficavam num
21 sistema em que apenas ele e o colega estavam no local da videoconferência, então, por
22 exemplo, para quem pilotava o robzinho era bem difícil, pois era necessário ficar virando
23 câmera, entrar no enquadramento, pedir um tempo para resolver algum problema, mudar
24 de posição. No geral, funcionava, mas ficava um pouco estranho, já que era ele e o colega
25 ali do lado participando presencialmente e todos os demais, inclusive o aluno, em casa
26 em seus próprios computadores. Disse que aquele formato vinha sendo bastante
27 frequente. A **Sra. Presidente** reafirmou que o balanço era necessário, a fim de identificar
28 até onde foram e até onde pretendiam ir, pois aquilo que o Prof. Paulo apresentou era um
29 cenário que não gostariam que acontecesse. "Disse que era compreensível que os
30 colegas de São Paulo não quisessem ir para Campinas, pois o percurso estava horrível.
31 No entanto, era complicado considerar os colegas de Campinas que decidiam não sair de

1 casa. Frisou para realizarem o balanço, para que pudessem reclamar e posteriormente
2 chegar a uma decisão razoável. Disse que tinham terminado a lista de questões e
3 perguntou se alguém gostaria de falar algo no Expediente, algo que esqueceu ou algum
4 aviso. Não havendo mais nenhuma manifestação, nenhum comunicado ou aviso sobre as
5 unidades, agradeceu a presença de todos, lembrando da importância de um novo
6 encontro na reunião futura. Declarou assim por encerrada a Reunião da Comissão.

NOTA: A presente Ata foi aprovada
na **421ª Reunião Ordinária da**
CCPG, realizada em 13 de
novembro de 2024.